

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CECÍLIA VIEIRA DO NASCIMENTO

O Sexo Feminino em campanha pela emancipação
da mulher (1873/1874)

BELO HORIZONTE
2004

CECÍLIA VIEIRA DO NASCIMENTO

O Sexo Feminino em campanha pela emancipação
da mulher (1873/1874)

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do grau de Mestre, no Programa de
Pós-graduação em Educação da Faculdade
de Educação.

Área de concentração: História da Educação

Orientador: Bernardo Jefferson de Oliveira.

Belo Horizonte
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais
2004

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora em 18 de agosto de 2004, constituída pelos seguintes professores(as):

Prof. Dr. Bernardo Jefferson de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

Profª. Drª Constância Lima Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

Profª. Drª Eliane Marta Teixeira Lopes
Universidade Vale do Rio Verde/UNINCOR

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG

AGRADECIMENTOS

Agradecer pressupõe uma antecedência contornada pela ação de compartilhar. Prática cotidiana que, apesar de aparente inerência, requer aprendizado.

Agradeço ao Bernardo, com quem compartilhei uma dimensão muito especial da orientação, conciliando sua competência e experiência em pesquisa com uma nítida confiança em uma pesquisadora aprendiz.

À Geralda, Carol, Walquíria, Mônica, Elenice, Eliane Marta e Luciano Mendes, componentes do jovem PEGHE – Projeto de Estudos de Gênero e História da Educação – espaço em que o compartilhar toma uma dimensão importante, unindo a seriedade do trabalho com relações afetuosas.

Ao grupo de estudo nas reuniões iniciais do mestrado: Natércia, Marina, Fernanda, Bernardo e Maria Cristina Gouvêa. Especialmente a esta última, por quem tenho um carinho especial pela forma terna e confiante com que me trata, desde os tempos da iniciação científica.

À professora Cynthia, por quem tenho muita admiração pelo trabalho. Registro a relevância das conversas e trocas que muito contribuíram para a pesquisa.

À professora Eliane Marta, quando as pequenas dicas diziam muito de sua experiência.

Ao professor Luciano Mendes, incansável incentivador, acompanhando as mais diferentes etapas deste estudo.

Agradeço ao Marcos Vinícius Freitas, professor da Faculdade de Letras, pela possibilidade da conversa, demonstrando generosidade e acolhimento.

Às pessoas que contribuíram para a instrumentalização da pesquisa: Jorge Paixão, funcionário da Biblioteca Nacional, pela presteza em enviar exemplares do jornal *O Sexo Feminino*; Ana Cristina Lage e Patrícia, que me receberam em suas casas, em Campanha, enquanto por lá passei; Alfredo, que, pelo mesmo motivo, confirmou a já suspeita cordialidade da família Oliveira; Fernanda Alina, mestranda da FaFiCH, com quem troquei algumas informações; e Marcos Andrade, professor da unidade da UEMG em Campanha, especialmente prestativo e generoso, com quem muito me identifiquei.

À Rose, Cláudia, Adriana e Claudinho, funcionários da secretaria da pós-graduação, sempre muito solícitos nos complexos trâmites administrativos, sem descurar da constante amizade.

Ao CNPq, pela viabilidade da pesquisa, através da concessão de bolsa de financiamento.

Aos amigos do mestrado, cúmplices e solidários, dentro e fora do espaço acadêmico, sobretudo Zeli, Cláudio e Aleluia.

Ao Jardel, amigo recente e, com certeza, por muito tempo presente, pela paciência nos momentos de angústia e pela cumplicidade.

Aos amigos Sandra e Léo que, cada um a sua maneira, tornaram-se pessoas especiais no compartilhar dos últimos anos.

Estendo todo o carinho aos amigos e amigas do GEPHE, felizmente responsáveis por uma lista imensa, proporcional ao clima de solidariedade, de acolhimento, em que a prática de compartilhar se materializa.

Ao Alan, sempre presente, mesmo distante.

À minha família, especialmente Cíntia, pela proximidade e cumplicidade, e Nájla, quando seu olhar de menina me dizia sua confiança.

E, com muita gratidão, agradeço especialmente à minha mãe, Marilda Nascimento, e ao meu pai, Ari Lucas, que, para além do carinho da existência, souberam compreender os diferentes caminhos e escolhas dos filhos.

Assim, compartilhando o resultado, agradeço os permanentes vínculos.

RESUMO

Este trabalho objetiva reconstituir, historicamente, os discursos sobre o campo de atuação da mulher, tendo como referência o semanário *O Sexo Feminino* (1873/1874), da cidade de Campanha, Minas Gerais. Esse jornal, um dos primeiros no Brasil escrito pela e para a mulher, constitui-se em importante mecanismo a partir do qual podemos dimensionar uma riqueza de pistas que possibilitam a reprodução de experiências concretas de um grupo de mulheres em sociedade, que têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história, tendo o respaldo da visão da própria mulher na definição de seu campo de atuação na sociedade. Construção nem sempre linear, pois perpassada por apropriações que darão forma ao incipiente movimento feminista em Minas Gerais e no Brasil, nos idos do século XIX.

Compreender as estratégias discursivas engendradas pela elite intelectual feminina, mineira, do final do século XIX, assim como os recursos a que se valeram em defesa de seus interesses, as reivindicações por que propalavam, proporciona férteis momentos de dimensionamento dos caminhos percorridos por elas na conquista de direitos.

SUMÁRIO

Introdução -----	09
Artigo Um	
Imprensa Feminina e Gênero à luz do semanário <i>O Sexo Feminino</i> -----	18
Artigo Dois	
<i>O Sexo Feminino</i> em campanha pela emancipação da mulher -----	41
Artigo Três	
Protagonismo Feminino na Feminização do Magistério -----	68
Considerações Finais -----	94
Apêndice -----	97
Referências Bibliográficas -----	98

INTRODUÇÃO

O que se expõe em um jornal e/ou o que se oculta, ou ainda, o que se tenta construir/desconstruir de uma produção jornalística – que tem um tempo demarcado, um espaço de influências específico – é um ajuntamento de idéias que vão ganhando forma à medida que se tenta desvelar suas aparentes incongruências, contradições. A forma se permite aparecer, à proporção que se aceita/assume o seu contrário – a deformidade. Na tentativa de me aproximar do universo de uma produção jornalística, mais do que relatar, assumo um processo de criação. Talvez muitas das questões analisadas neste trabalho, que tem como foco uma produção impressa, não se apresentassem às suas redatoras. Não obstante, o alívio vem em pensar na inerência da criação no diálogo travado com personagens de outros tempos. Motivações diversas poderiam ser vislumbradas para a sua produção, contudo, de difícil fundamentação, quando, como aqui, restringe-se o foco de análise ao universo do próprio jornal. Nesses momentos, vejo-me às voltas entre o ler e o escrever, tomando ciência do que os aproxima e do que os afasta. Tendo a dimensão do afastamento – dado por meu processo de criação – surpreendo-me por uma sensação de identificação. O desvencilhar do tom que caracteriza o jornal se torna uma difícil missão diante da tentação do compartilhar.

Trabalhando com imprensa, especificamente com imprensa feminina (se assim existe), e mais ainda, com as mulheres que se permitem ver através dela, descubro-me frente a um tema em suspeição. A leitura de estudos de gênero revela uma difícil interface entre a vitimação e a exaltação da mulher, estando, portanto, duplamente mitificada. Não é sem motivo que a categoria gênero se encontra entre as temáticas mais afeitas ao anacronismo histórico. A leitura de jornais escritos por mulheres de outros tempos conscientiza sobre um passado que, em certo sentido, autorizou este presente, tornando assim o compartilhar em um processo quase inerente à pesquisa. Esse raciocínio remete a outros de

mesma ordem, como no que diz respeito a processos individuais que nos levam à análise de determinadas temáticas.

Carlo Ginzburg (2000), em entrevista concedida à Maria Lúcia Pallares-Burke¹, afirma que nossas escolhas são muito mais aleatórias do que pressupomos, por serem circunscritas dentro de uma multiplicidade de variáveis sob as quais temos pouco controle. Contudo, acredito que alguns desses processos de escolha respondem a questões da própria história de vida do sujeito pesquisador. Nos cinco anos de contato com discussões do GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação – desde os tempos da graduação em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da UFMG, construí um percurso perpassado por temáticas as mais diversas, que me possibilitou a incursão em questões relacionadas a gênero.

A temática da imprensa feminina apareceu em meu trabalho, de forma mais central, após o primeiro ano do mestrado, quando recebia o parecer sobre meu projeto, que dizia respeito à atuação do sujeito professor(a) na profissionalização do magistério. A intenção inicial era fazer um estudo de caso sobre o processo de profissionalização docente, tendo como referência a Escola Normal da cidade de Campanha, a segunda instituição de formação para o magistério, fundada em Minas Gerais, em 1872. Eu pretendia recuperar os manuscritos contidos no Arquivo Público Mineiro, nos fundos de Instrução Pública e da Seção Provincial, documentos esses referentes ao cotidiano da Escola Normal. Outra pretensão, levando em consideração a dificuldade de encontrar sujeitos, em sua maioria, excluídos dos arquivos oficiais, era a busca por arquivos pessoais dos professores e professoras da escola, recuperando, de certa forma, uma parte da memória de alguns habitantes da cidade que possuíam vínculos com a instituição. A utilização

¹ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. Carlo Ginzburg. In.: PALLARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.269-306.

de fontes privadas consistiria na procura por autobiografias, diários, reminiscências, trabalhos literários, cartas pessoais. Tais fontes possibilitariam maior compreensão das dimensões privadas formais e informais da educação.

A essa documentação, desejava acrescentar a coletada no Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort (em Campanha), onde buscava referências, sobretudo, das publicações periódicas da cidade, que pudessem retratar o cotidiano da Escola Normal de Campanha. Através de referências e comentários registrados em livros, interessava-me sobretudo uma publicação jornalística em específico, intitulada *O Sexo Feminino*, editada e dirigida por uma professora normalista, sobre a qual as referências na cidade eram constantes. Da relevância e pioneirismo do jornal relatados pelos(as) moradores(as) com os quais tive contato, só restaram a memória em Campanha, sendo que o Centro de Estudos não guardava nenhum número de tal periódico. O interesse pelo material se tornava cada vez maior e, em busca do jornal, cheguei à Biblioteca Nacional (no Rio de Janeiro), ocasião em que reproduzi seus exemplares.

As primeiras folheadas no jornal *O Sexo Feminino* me causaram alguma inquietação. A construção monolítica em torno da condição feminina no século XIX que, tradicionalmente refere-se à domesticidade e à *entronização* feminina como *rainha do lar*, apesar de ter presença no jornal, era contrastada por uma incisiva militância de sua redatora, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na reivindicação, entre outras, pelo acesso feminino ao universo do trabalho.

Impulsionada por melhor compreender tal construção, fui duplamente estimulada pelo fato de o jornal, apesar de não ser voltado exclusivamente para o professorado, possuir um estreito vínculo com seu entorno educacional. Francisca Senhorinha, além de professora da escola prática, anexa à Escola Normal de Campanha, era casada com o advogado Dr. José Joaquim da Silva Diniz, redator do jornal *O Monarchista*, de Campanha, também professor de Pedagogia da

escola normal, onde estudavam as duas filhas do casal, Albertina e Amélia Diniz que, por sua vez, eram colaboradoras de *O Sexo Feminino*. O estreito vínculo entre essa imprensa e o espaço oficial de formação docente constitui-se em elemento de análise das questões educacionais discutidas no período, lidas por intermédio do discurso veiculado pelo jornal e da ressonância de temáticas debatidas dentro e fora do âmbito escolar. Certo encantamento com o jornal superava as limitações e dificuldades que uma mudança de objeto proporcionaria àquela altura. De fonte possível, o jornal passava, então, a fonte principal. A partir de tal escolha, foi se dando forma ao estudo que ora se apresenta.

O Sexo Feminino – da ordem das publicações orgulhosamente femininas – foi publicado no ano de 1873 e 1874, no sul da província mineira, na cidade de Campanha, aparecendo em um contexto pouco acostumado à palavra pública feminina, sobretudo a escrita. Talvez essa inovação justifique a militância de sua redatora e proprietária, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que se apresentava com certa arrogância em sua escrita. Tons diferenciados de reivindicações dão forma ao discurso de *O Sexo Feminino*, indo da condescendência à indignação. A falta de precedência argumentativa que sinalizasse caminhos menos tortuosos faz com que o jornal lance mão de uma construção argumentativa até certo ponto antagônica em torno dos interesses femininos, o que nos remete à necessidade de considerar, inclusive, o fato de *O Sexo Feminino* ser porta-voz de um incipiente movimento de modernidade, lançando mão, em determinadas circunstâncias, de argumentos favoráveis à dissolução de tradições arraigadas, denunciando a forma pouco homogênea de vivência do moderno.

Demonstrando a receptividade de sua população alfabetizada ao meio impresso, Campanha contava, contemporaneamente a *O Sexo Feminino*, com outros três periódicos de média circulação, isto é, *O Monitor Sul-Mineiro*, *O Colombo* e *O*

*Monarchista*². Em Minas, segundo dados de João Luiz Gonçalves (2001)³, em seu trabalho sobre a geografia da imprensa na província, o número de jornais durante todo o período imperial era impressionante. Só em Campanha, as publicações jornalísticas atravessaram seis décadas consecutivas no decorrer do século XIX, atingindo o considerável número de 33 publicações impressas. Sugere-se, assim, a existência de condições políticas, econômicas e sociais favoráveis à abertura de jornais à formação de uma população urbana, que incorpora o hábito da obtenção da informação, por meio impresso, de forma sistemática e periódica, como alternativa ao enraizado recurso da oralidade.

O meio impresso configurar-se-ia, sobretudo nos Oitocentos – momento em que publicações periódicas ganhavam um dimensionamento diferenciado – em importante recurso na constituição feminina. Assim, considera-se a dimensão discursiva como um dos importantes elementos na conformação de lugares sociais. Tal assertiva ganha dimensões mais relevantes se considerarmos que os periódicos do século XIX estabeleciam-se em publicações afeitas à profusão de idéias, opiniões, com identificação muito colada às de suas redatoras, como observado em *O Sexo Feminino*. Tendo como foco a constituição de um campo específico de atuação da mulher, por intermédio da centralidade na dimensão discursiva sobre/da mulher, há como contraponto a limitada materialidade autorizada pelo jornal.

A redução na escala de observação, feita a partir da centralidade de uma única produção jornalística, menos que servir a generalizações quanto ao papel social

² *O Monitor Sul-Mineiro*, de propriedade de Bernardo Saturnino da Veiga, constituía-se em jornal de tendência liberal; *O Colombo*, primeiro jornal republicano em Minas, tinha como proprietário Francisco Honório Ferreira Brandão; e *O Monarchista*, de José Joaquim da Silva Diniz.

³ GONÇALVES, João Luiz Traverso. A geografia da Imprensa em Minas Gerais no século XIX: uma conexão com as redes de cidades da província. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, UFMG, 2001.

feminino daquele período, serve como contraponto às recentes pesquisas interessadas em compreender a história das mulheres em nossa sociedade, entendendo em que medida esse pequeno universo conforma discursos diversos, no diálogo contínuo com seu entorno, ao mesmo tempo em que forma e assume reivindicações outras. Faço coro às análises de Rachel de Sohié (1997)⁴ que, comentando estudos de Joan Scotth, conta que ser mulher significa uma das formas de se estar no mundo, evitando o sujeito essencializado no feminino (assim como no masculino), mas em constante relação com outros níveis, sendo construído e, portanto, instável. Nesse processo, o feminino é compreendido como sujeito e sujeitoado, entre alianças e desavenças, em nome da mudança, mas também da manutenção.

A necessidade de se cotejar algumas informações contidas em *O Sexo Feminino* com outras fontes levou-me à Hemeroteca Municipal de Belo Horizonte, onde pretendia encontrar os jornais citados por *O Sexo Feminino*, em busca da rede de comunicações estabelecidos, via imprensa e, em alguma medida, entender a ressonância das idéias difundidas neste jornal, em outras publicações contemporâneas a ele. Intenção construída, intenção desfeita frente ao silêncio proporcionado pela ausência de registros de boa parte dos jornais mencionados. De uma considerável listagem de periódicos, somente exemplares do *Diário de Minas*, de Ouro Preto e de *O Colombo*, de Campanha, foram encontrados, sugerindo, para além da má conservação, a efemeridade de um número considerável de pequenos periódicos durante todo o século XIX.

Dadas às dificuldades em aferir as informações contidas no jornal com outras fontes procurei, então, sinalizar para o entendimento da especificidade de uma

⁴ SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

produção jornalística feminina, nos idos da década de 1870, como parte integrante de um movimento histórico de constituição da mulher e, por conseguinte, da sua esfera de atuação social. Compreender as estratégias discursivas engendradas por algumas mulheres, os recursos a que se valeram em defesa de seus interesses, as reivindicações por que propalavam, proporciona férteis movimentos que reforçam a crença de que o silêncio da mulher na vida pública é, sobretudo, uma questão historiográfica, que não condiz com a efetiva participação e contribuição feminina na solução dos problemas sociais.

Esta dissertação é composta de três artigos que, apesar da unidade em torno do que pretende como análise geral, foram escritos para serem lidos separadamente, ocasionando certa fragmentação e, com ela, algum nível de superposição de conteúdos. Os artigos visam à publicação em periódicos interessados em discutir questões referentes à problemática *gênero*, seja na educação, na história ou ainda na literatura. A estruturação em artigos pareceu-nos conveniente em si tratando da análise de um material tão polifônico quanto o jornal *O Sexo Feminino* – assim como os jornais de maneira geral – e, além disto, tem o propósito de propiciar maior circulação, assim como debate mais amplo do que parece ter possibilitado o formato dissertativo tradicional.

Se se pode precisar um objeto que dê forma aos três artigos, tem-se que, na visão das próprias mulheres, ou na de quem davam a voz – dentro da liberdade possível – a reconstituição, em momento e espaço específicos, do campo de atuação de um grupo de mulheres em sociedade.

O primeiro dos artigos, intitulado *Imprensa Feminina e Gênero à luz do semanário O Sexo Feminino (1873-1874)*, objetiva a reconstituição das concepções de mulher retratadas pelo jornal. Tem como referência o papel da imprensa na constituição de sociabilidades femininas, bem como a dimensão de gênero, à

medida que se explicitam concepções do feminino, conformadas por discursos das mulheres e sobre elas. Sugere uma multiplicidade feminina, que, utilizando uma mesma ordem de justificativas, paradoxalmente expressava interesses distintos.

O segundo, *O Sexo Feminino em Campanha pela Emancipação da Mulher*, objetiva, a despeito do movimento histórico de padronização do comportamento feminino Oitocentista circunscrito ao espaço doméstico, dar ênfase ao que destoa dessa pretensão, pontuando aspectos em que se percebe um caminhar no sentido do desenvolvimento integral das potencialidades da mulher, dentro e fora do âmbito familiar, calcado em sua auto-realização, na conquista de direitos como ser que almeja emancipação social, intelectual e, em alguma medida, política.

E o terceiro objetiva dar centralidade à atuação da mulher no processo de feminização do magistério, sob o título *Protagonismo Feminino na Feminização do Magistério*. Esse artigo discute que, em nome da emancipação social da mulher, *O Sexo Feminino* propalava seu acesso à instrução, assim como ao trabalho, dando destaque ao que entendia ser uma função com perfeita adequação ao universo da mulher: o magistério do ensino elementar. Nesse processo, observei uma simbiose entre o ser professora e o ser mulher.

Importa destacar que as considerações finais sintetizam comentários referentes aos três artigos, assim como a bibliografia que, a título de organização, disposta como uma dissertação tradicional, ao final do trabalho. Destaco ainda que foi feita a opção, em detrimento da originalidade da grafia, da atualização da escrita. A atualização deve-se à intenção de assumir a interpretação, inerente ao processo de transcrição, destacadamente por tratar-se de um jornal, com seus eventuais erros de digitação, mas também como forma de facilitação da leitura.

O SEXO FEMININO

SEMANARIO DEDICADO AOS INTERESSES DA MULHER.

Assinaturas.

Por anno 5000
Por semestre 2500
Publica-se 1 vez por semana.

*« E pelo intermédio da mulher que a
natureza escreve no coração do homem »*
(ARVO MAATIN)

Observação.

Toda a correspondencia será
dirigida á D. Francisca Sembo-
rinha da Moita Diaz.

PRINCIPAL REDACTORA—D. FRANCISCA S. DA M. DINIZ. COLLABORADORAS, DIVERSAS.

O Sexo Feminino.

Emancipação da mulher.

Já circula por ali o primeiro numero do *Sexo Feminino* periodico que se dedica á defesa dos direitos da mulher; á esta hora tem elle transposto montes e serras para penetrar nessas cidades ruidosas, nesses centros de luzes, onde não faltão talentos para fazerem irradiar por todos os lados os fructos de uma civilisação apartada—de uma educação esmerada—e de uma instrução variegada.

O *Sexo Feminino* ergue-se modesto no vasto mundo da imprensa; está animado de bons desejos para conviver, e corresponder-se com os de mais periodicos, com os quaes deseja entreter relações amistosas, máxime com aquelles que não deixão de propugnar pelos interesses da mulher, cujos direitos tem até o presente sido tão descuidosamente tratados pelo nosso governo, que parece tener alguma revolução resultante da instrução, educação e emancipação da mulher.

A revolução da *subdordia* soffoca-se facilmente com a mesma sciencia; applique-se-lhe a lei dos *similhanes*.

Nos combates da intelligencia não jorra o sangue que se vê nessas batalhas phisicas, e sangue muitas vezes de *innocentes*!

O direito de guerra, o direito de matar não se origina de fonte divina; não é um direito natural porque aberra de todos os principios de justiça.

O direito de guerra é um triste e desanimador epigrama á nossa civilisação—é uma prova viva de que a logica ensinada pelos homens não disse ainda sua *ultima palavra*: tal direito é anti-christão. É a *sciencia* e não a *espada* que incumbe decidir as mais complicadas desavenças humanas.

Prepare-se o futuro pela educação e instrução do sexo fragil.

Formem-se as mães de familia, que por seu turno vão erguer escolas e collegios, nos campos, nas villas e nas cidades; que ensinem á mocidade de ambos os sexos os sãos principios de uma *instrução moral e religiosa*, e a face da sociedade se ha de mudar.

Mães de familia assim formadas prepararão a mocidade que *futuramente* possa ornar as diversas carreiras a que pôde aspirar *um moço* ou *uma moça* desde a mais alta escala social até o mais modesto *emprego official*.

Só ha um meio de regenerar a sociedade, de mudar moralmente a face da terra, de *emancipar a mulher*, de *salvar-lhe um futuro*—é pela *educação e instrução no collegio*, ou no *lar domestico* por pedagogos da *escolha paterna*, e isto cum-

IMPrensa FEMININA E GÊNERO À LUZ DO SEMANÁRIO O SEXO FEMININO
(1873/74)

Resumo: Objetiva-se neste artigo, a reconstituição das concepções de mulher retratadas pelo jornal *O Sexo Feminino* (1873-1874), um dos primeiros periódicos escrito e dirigidos por mulheres no país. Tem-se como referência o papel da imprensa na constituição de sociabilidades femininas, bem como a dimensão de gênero, à medida que se explicitam concepções do feminino, conformadas por discursos das mulheres e sobre elas. Sugere-se uma multiplicidade feminina em que sua valorização na esfera doméstica alçou condição fundamental para as reivindicações da imprensa feminina em relação ao mercado de trabalho e à participação política.

Palavras-chave: Imprensa Feminina, *O Sexo Feminino*, Gênero, Sociabilidade Feminina.

O termo *gênero* vem sendo usado, desde a década de 1970, para teorizar a organização social das diferenças entre os sexos. A palavra indicava inicialmente a recusa de historiadoras e estudiosas feministas americanas em utilizar o termo *sexo*, por seu implícito determinismo biológico. Elas desejavam acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções entre homens e mulheres. Cerca de um século antes, em 1873, surgia, com níveis de questionamentos pertinentes a seu contexto, o semanário *O Sexo Feminino*. Se, para nós, leitores e leitoras extemporâneas do jornal, sua explicitação sexual parece intrigante, esta, provavelmente, não era um problema para as redatoras daquele jornal.

O *Sexo Feminino* traduzia suas reivindicações na “racional *emancipação, educação, instrução, ilustração e regeneração* do sexo feminino”.⁵ Com a autodenominação de *Semanário dedicado aos interesses da mulher*, o jornal tinha como propósito central “(...) *a educação e a instrução da mulher*, essas duas expressões simbolizam a *síntese* de seus esforços”.⁶

O jornal apresentava-se bem fundamentado, como árduo defensor das causas femininas. Sua proprietária e redatora principal, a professora D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, contava com a colaboração de suas duas filhas – Albertina e Amélia Diniz – que formavam, impulsionadas por Senhorinha, o que se poderia chamar de uma *trindade feminina* em defesa dos interesses da mulher.

O *Sexo Feminino* despontava com o intuito de fazer companhia aos intelectuais que dominavam a imprensa de seu tempo. Publicava-se, praticamente meio século após a liberação da imprensa no Brasil ⁷, um dos primeiros jornais escritos por mulher, com o objetivo de questionar seu campo de atuação na sociedade, contendo textos de reflexão e denúncia sobre a condição social feminina. Antes de Francisca Senhorinha, outras mulheres já se haviam aventurado no campo das publicações jornalísticas. Em 1852, a argentina Joana Paulo Manso de Noronha, fundava, no Rio de Janeiro, o *Jornal das Senhoras*, com o subtítulo: *Modas, Literatura, Bellas-Artes, Theatros e Crítica*. Tinha como meta o “melhoramento social e a emancipação moral das mulheres” ⁸, entendendo a mulher como indissociável da educadora dos filhos. Não obstante certa ponderação nas

⁵ O *Sexo Feminino*, 07 de setembro de 1874, p.02; n. 45.

⁶ O *Sexo Feminino*, 21 de setembro de 1873, p. 01; n. 03.

⁷ A imprensa livre foi institucionalizada no Brasil após 1822, quando se aboliu a censura prévia no país, que vigorava desde 1808.

⁸ Durante os quatro anos em que manteve sua publicação, seria editado por D. Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e, ainda, por Gervásia Nunésia Pires dos Santos, nomes que figurariam como importantes na imprensa feminina do Rio de Janeiro, segundo HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

reivindicações – o que se justifica se considerarmos a histórica subserviência vivenciada pela grande maioria das mulheres – o *Jornal das Senhoras* abriu caminhos para férteis publicações femininas nas décadas que se seguiram.

No decênio seguinte, em 1862, apareceria o *Bello Sexo: Periódico Religioso, de Instrução e Recreio, Noticioso e Crítico Moderado*, redigido por D. Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, também no Rio de Janeiro. Apesar de manter o tom ponderado de seu antecedente, sendo seu próprio subtítulo revelador de que sua aceitabilidade se apoiava em tradições religiosas e moderadas, aparece na imprensa trazendo algumas inovações, como a reunião semanal de suas colaboradoras e a assinatura dessas em seus artigos, prática incomum no *Jornal das Senhoras*, acenando com maior tolerância da escrita feminina.

Demonstrando ignorar a existência de seus antecessores, *O Sexo Feminino* viria então, em 1873, em Campanha – fora, portanto, da efervescência cultural e política do Rio de Janeiro – inaugurar, com demarcada energia, uma nova fase nas reivindicações feministas.⁹ Imprimiria maior veemência argumentativa em suas requisições, além de ampliá-las, alardeando seu suposto pioneirismo na imprensa feminina, como quando reforçava a “(...) firmeza e coragem com que primeiro no Brasil se apresenta para apoiar na imprensa uma tão grande luta (...)”¹⁰. Fazia parte de uma imprensa combativa, de defesa de idéias, que, nas palavras de Buitoni (1981),¹¹ muito mais que informar, intentava-se *enformar* suas leitoras e leitores.

⁹ A “questão feminina” consolidou-se na expressão “feminismo”, usada de forma mais recorrente no primeiro decênio do século XX (HAHNER, idem, p.250). Dada a complexidade do termo, pensado como movimento de ampla repercussão, utilizo-me da expressão, aqui, com a intenção de demarcar o posicionamento do jornal como veículo de defesa de questões entendidas como sendo de interesse feminino.

¹⁰ *O Sexo Feminino*, 04 de outubro de 1873, n. 05; p. 03.

¹¹ BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

Embora imprimisse originalidade argumentativa, *O Sexo Feminino* apresentava-se com diagramação muito próxima da imprensa do período que, raramente, ultrapassava quatro páginas, com folhas tipografadas. Sua tiragem alcançava média de 800 exemplares¹² e, após os dez primeiros números do semanário, foram reimpressos outros 4000.¹³ Uma quantidade significativa para o período, sobretudo se considerarmos o número de leitores e leitoras em potencial, assim como o da população de Campanha. De uma população total de 20.071 pessoas em Campanha, apenas 1.458 mulheres sabiam ler e escrever em 1872, ou seja, cerca de 7% da população total, número um pouco superior à diminuta média nacional, que era de 5,5% do total da população, segundo dados do Recenseamento daquele ano¹⁴. *O Sexo Feminino* atingia, provavelmente, uma razoável porcentagem da população feminina local alfabetizada, assim como um público fora dos limites da cidade.¹⁵

Os 45 números publicados do jornal, em exatos um ano de existência em Minas – de 07 de setembro de 1873 a 07 de setembro do ano seguinte – podem ser considerados um grande feito, se levarmos em conta as dificuldades de manutenção de uma publicação jornalística¹⁶, sobretudo em se tratando de um

¹² *O Sexo Feminino*, 07 de setembro de 1874, n. 45; p. 01.

¹³ “Esta reimpressão tem por fim: 1º - satisfazer às reclamações dos assinantes que exigem os números anteriormente publicados; 2º - formar series décuplas que vão ser postas à venda na Corte; 3º - fazer-se coleção do periódico no fim do ano.” (*O Sexo Feminino*, 15 de novembro de 1873, n. 11).

¹⁴ A título de comparação, o índice de homens letrados, em 1872, era de cerca de 10% da população total, segundo dados apresentados por HAHNER, June, *ibidem*, p. 75.

¹⁵ Cita-se o registro, no jornal, entre outros, de assinantes de Lorena/SP, Rio Preto/SP, Bagagem/MG, Três Pontas/MG, além de permutas com jornais da Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, assim como de Madrid e Nova York.

¹⁶ Dificuldades traduzidas pelo elevado número de jornais de vida efêmera durante o século XIX, segundo João Luís Traverso Gonçalves. *A geografia da Imprensa em Minas Gerais no século XIX: uma conexão com as redes de cidades da província*. Dissertação de Mestrado, Instituto de GeoCiências, UFMG, 2001.

jornal produzido por mulheres. Francisca Senhorinha utilizava-se da tipografia de seu marido, o advogado e professor normalista Dr. José Joaquim da Silva Diniz, proprietário do jornal *O Monarchista*, o que facilitou consideravelmente sua permanência semanal, durante doze meses. As assinaturas mantinham os gastos do jornal, que não veiculava nenhum tipo de propaganda, com exceção de algumas peças teatrais que se apresentavam em Campanha, porém, mesmo nesses casos, o interesse aparentemente não era o financeiro, mas antes divulgar a vida cultural da cidade.

Após essa experiência jornalística, Francisca Senhorinha deixa a cidade de Campanha rumo ao Rio de Janeiro, capital política, econômica e cultural do país que, como vitrina da civilização, sentia em maior grau as transformações pelas quais passava o Brasil ¹⁷. *O Sexo Feminino* iria então se somar à efervescente imprensa feminina da Corte, experiência que se caracterizaria por certa inconstância. Seu primeiro número na Corte sairia em 1875, continuando até o ano de 1877. Em 1880, publica uma revista semanal chamada *Primavera*. De 1887 a 1889, retoma a publicação de *O Sexo Feminino* e, com a República proclamada, em um maior engajamento político, edita quinzenalmente *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, quando assume, de forma militante, a causa do voto feminino, mantendo como traço contínuo o espírito comprometido com os interesses da mulher.¹⁸

¹⁷ Apesar do Dicionário das Mulheres trazer a informação de que Senhorinha mudou-se para a Corte após sua viúves, algumas fontes nos permitem indiciar que seu marido, José Joaquim, continuou sua atuação como professor na Escola Normal de Campanha. Contudo, trata-se de uma informação que merece ser mais bem precisada.

¹⁸ Sua inserção no jornalismo ultrapassaria tais publicações, sendo colaboradora de outros jornais cariocas, de vida efêmera, como o *Estação* e *A Voz da Verdade*, conforme informações de Sacramento Blake, em seu Dicionario Bibliographico, de 1893, contemporâneo à Senhorinha, portanto.

A fertilidade jornalística de Senhorinha, em sua fase no Rio de Janeiro, assim como da imprensa feminina, nas últimas décadas dos Oitocentos,¹⁹ suscitou o interesse de estudiosos e, sobretudo, estudiosas de diferentes áreas, como da Literatura, da História e da Antropologia. Contudo, vale ressaltar que a antecedência de *O Sexo Feminino* em Campanha é praticamente inexplorada até o momento.

Francisca Senhorinha é referência comum em estudos femininos e feministas, como na cartilha da campanha *Mulheres Sem Medo do Poder*, em que consta como uma das primeiras brasileiras a defender os direitos à instrução e ao voto feminino. É também citada por Gondin da Fonseca (1941)²⁰ como uma das primeiras feministas do Brasil, tendo uma trajetória significativa na história da imprensa feminina e na da educação brasileiras, com atuações em Minas, no Rio de Janeiro e, segundo informações constantes no *Diccionario Bibliographico* de Sacramento Blake, escrito em 1893, Senhorinha também deu aulas de instrução primária na província de São Paulo. Contudo, muitas das informações relevantes para se traçar um perfil dessa mulher, que teve um importante papel na vida pública brasileira, são ainda desconhecidas. Não obstante tais limitações buscamos reunir informações possíveis, reforçando a necessidade de ampliá-las, tendo em vista, sobretudo, o fato de *O Sexo Feminino* constituir-se em jornal com viés ideológico muito próximo e identificável ao de sua editora.

Mineira de São João Del Rey, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e D. Gertrudes Alves de Mello Ramos, sem referência ao ano de nascimento, teve longa trajetória no magistério primário, pois em 1855 já constava seu nome – D.

¹⁹ *O Domingo*, (1874) de Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Vellasco, *A Família*, (1888) de Josefina Álvares de Azevedo e *Eco das Damas*, (1885) de Amélia Carolina da Silva Couto, são alguns dos jornais de expressividade do período.

²⁰ FONSECA, Gondim da. *Bibliografia do jornalismo carioca* (1808/1908). Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

Francisca Senhorinha da Motta Glz. (*sic.*), provavelmente ainda solteira – na lista das mulheres professoras, o que demonstra sua inserção no universo do trabalho, compondo o quadro das mulheres que viajavam pelo interior para lecionar, trabalhando como professora interina na *Villa do Uberaba*, desde nove de dezembro de 1854.²¹ Sua experiência no magistério provavelmente foi contínua e, no ano de 1873, atuava como professora de aula prática, da escola anexa à Escola Normal, em Campanha, concomitantemente à publicação de *O Sexo Feminino*. Já no Rio de Janeiro, publicou um romance, no ano de 1886, chamado *A Judia Rachel* ²². No ano de 1889, inaugurava o Colégio Santa Isabel, onde trabalhou com suas filhas até pelo menos 1893.

Senhorinha manteve sempre ativa sua atuação no magistério e na imprensa, com esparsas interrupções desta última, como já mencionado, demonstrando intensa atividade tanto no magistério quanto na imprensa, sustentando, em paralelo, dedicada atuação às duas funções. Certamente, o acesso às publicações mencionadas, assim como a documentação relacionada a sua trajetória docente, possibilitariam análises mais aprofundadas e férteis do universo retratado pelo *O Sexo Feminino*, sobretudo se atentarmos para o fato de que o jornal corresponde a uma imprensa em que o traço pessoal da redatora se faz bastante relevante.

De Campanha para a Corte, no Rio de Janeiro, *O Sexo Feminino* demonstra um percurso que gradualmente se desenha no decorrer de sua publicação. A corte vai ganhando destaque à medida que a “legendária cidade da Campanha” ²³ passava a não comportar as dimensões e pretensões da redatora de *O Sexo Feminino*.

²¹ Relação nominal das Professoras da Instrução primária com declaração da qualidade e data de seus provimentos. Relatório apresentado ao presidente Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto, 1855. Arquivo Público Mineiro.

²² Exemplar desse romance pode ser encontrado no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Por dificuldades várias, não pude ter acesso a esse romance.

²³ *O Sexo Feminino*, 07 de janeiro de 1874, n. 17; p. 03.

Canal aberto, diálogo cerrado; seja através de instituições como a *Escola do Povo*,²⁴ ou dos jornais como *A República*,²⁵ ou ainda pelas trocas com a poetisa Narciza Amália,²⁶ a fertilidade de idéias advindas da Corte e de partes outras, dão forma ao que pretende apresentar como novo.

No rastro de costumes advindos de outras sociedades, explicita a vontade de se abrir para realidades distintas. De Nova York vinha o *Novo Mundo*²⁷, de Madri, *El Telegrama*²⁸ e, em Campanha, *O Sexo Feminino* fazia ressonância de tais ideais. George-Sand, Narciza Amália, Albertina Diniz, Amélia Diniz, D. Luiza Pereira, D. Laura Eulina, D. Ernestina Fagundes Varella, ou simplesmente uma campanhense. Entre anônimas e consagradas, poetisas e *donas*, as trocas entre mulheres se estabeleciam, embaladas pelo desejo de discutirem coletivamente, por meio impresso, sua condição de mulher.

A imprensa feminina da segunda metade do século XIX e a multiplicidade da mulher

Um espaço decisivo para o desenvolvimento da expressão feminina foi o da imprensa dirigida e editada por mulheres, que proliferou dos meados do século

²⁴ Escola fundada, em agosto de 1873, por intelectuais da corte, entre eles Rangel Pestana e Miguel Vieira Ferreira. Funcionava na forma de cursos livres semanais, abertos à comunidade, contendo em sua grade matérias tais como: literatura científica; direito natural e público; legislação comparada; religião comparada; economia política e estudos relativos à mulher. Conferir VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1947.

²⁵ Jornal carioca, órgão do Partido Republicano, com quem *O Sexo Feminino* mantinha estreitos vínculos.

²⁶ Renomada poetisa e professora primária da cidade de Rezende, no Rio de Janeiro.

²⁷ Jornal editado em Nova York pelo brasileiro José Carlos Rodrigues, de 1870 a 1879. *O Novo Mundo* também fazia menção a *O Sexo Feminino*, como percebido pela leitura de seus exemplares.

²⁸ Revista ilustrada, científica, literária e musical, editada quinzenalmente em Madrid, Espanha. (*O Sexo Feminino*, 05 de maio de 1874, n. 32; p. 04).

XIX ao primeiro decênio do século XX. A escrita feminina abria caminhos para suas reivindicações, inaugurando uma rede de sociabilidades entre as mulheres – algumas poucas mulheres – e seu entorno. Em artigo assinado conjuntamente por colaboradoras do jornal *O Sexo Feminino*, explicitava-se posicionamento sexista, que fortaleceria a comunicação entre mulheres pela imprensa.

Em nossa peregrinação, arrancando cotidianamente os espinhos que nos dilaceram as carnes, caminharemos tanto quanto as nossas débeis forças o permitam. Novéis nas lides da imprensa, se nos faltam as armas da inteligência, sobra-nos o patriotismo, a decidida vontade e propósito de arrancar o nosso sexo das garras do tirano que tenta tê-lo perpetuamente sob sua feudal dominação.

(...) Trabalhem todas, cada mulher seja um obreiro, com a palavra, com a pena, e com todos os dados que se nos oferecer conquistemos nossos direitos postergados, porque a vitória será nossa.²⁹

De acordo com sua intenção em promover o hábito de a mulher pensar-se coletivamente, *O Sexo Feminino* utilizava-se de estratégias discursivas que visavam à homogeneização de seu público, adornando uma mulher universal, generalizada, em um processo de auto-identificação que abarcaria desde a parteira até a mulher da família mais abastada. A generalidade dos sujeitos de suas reivindicações fica evidente na forma utilizada para se comunicar com seu público leitor. Com retórica que aproximava redatora e leitora, constrói-se uma linguagem coloquial e intimista, próxima do aconselhamento. Por detrás de uma indistinção social e racial, identificava como traço comum da mulher sua invariável submissão à tradicional condição de “traste de casa”.³⁰ Intencionava sensibilizar e mobilizar suas leitoras para a consciência de sua *condição de mulher* na sociedade brasileira.

²⁹ *O Sexo Feminino*, 1º de novembro de 1873, n. 09; p. 03.

³⁰ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1874, n. 41, p. 01.

Ainda como tática para o fortalecimento da sociabilidade feminina, o jornal apontava, de forma reiterada, o exclusivo direcionamento de sua escrita à mulher, como o fazia em editorial, publicado em seu décimo quarto número, em 6 de dezembro de 1873.

É a vós (homem) que é devida a nossa insuficiência; inteligência temos igual à vossa, e se o vosso orgulho tem triunfado é por causa do nosso descuido. Ergueremos de hoje em diante a cabeça; e torto ou direito, bem ou mal, transmitiremos nossas idéias pela imprensa, e para este fim temos O Sexo Feminino, jornal absolutamente dedicado ao nosso sexo e escrito só por nós (...)

Responsável pela produção e pela manutenção do jornal, como escritora e como leitora, à mulher circunscreve sua existência. A restrição de sua escrita ao universo feminino, além de motivar maior identificação e coesão junto às mulheres, pretendia resguardar o jornal de possíveis julgamentos dos homens, protegendo-se do severo crivo de desaprovação do sexo masculino, como se pode observar na passagem seguinte,

Como escrevi só e unicamente para o belo sexo, só pelo coração das belas queremos ser julgados e analisados. As sátiras e críticas dos sábios e dos zoilos – nós as desprezamos.³¹

A redatora de *O Sexo Feminino* parecia ter consciência de que as idéias que anunciava estavam longe de terem legitimidade inequívoca na sociedade. Sendo assim, explicita o direcionamento de seu jornal somente aos simpáticos às causas por que reivindica, alternando momentos de justificativa, de busca por adesão, onde evidenciava uma suave Senhorinha, com momentos onde se percebe em

³¹ *O Sexo Feminino*, 05 de novembro de 1873, n. 11; p. 03.

plena batalha com os contrários à emancipação social da mulher. Tal disparidade pode ser percebida nos dois trechos abaixo,

Descansem, lhes pedimos, e dizemos-lhes: com a elevação da mulher à altura e grau de civilização que lhe compete, o nosso fim, longe de egoístico, é mais grandioso, é tendente à verdadeira educação dos filhos e conseqüentemente a formar homens bons e virtuosos, pelos meios brandos de cuja eficácia só podem dispor os afetos e amor de uma boa e verdadeira mãe.³²

É este o terceiro número do *Sexo Feminino*; seu programa está exibido, a discussão está encetada, o combate travou-se, e o inimigo já começa a mover-se nos arraiais contrários!³³

Tons diferenciados de reivindicações, algumas vezes condescendente, algumas vezes irônico, outras muitas indignado, dão forma ao discurso de *O Sexo Feminino*. O jornal demonstrava uma construção argumentativa em torno dos interesses femininos, marcada pela ausência de linearidade, lançando mão de estratégias até certo ponto antagônicas, que denunciavam a falta de precedência argumentativa que sinalizassem caminhos menos tortuosos.

Apesar de alardear aos quatro cantos, sobretudo nos primeiros números, sua exclusiva destinação à mulher, *O Sexo Feminino* permitia cada vez mais espaço ao homem, fato que se percebe gradativo, apesar de sutil, a partir do segundo semestre de existência do jornal. Na publicação de número 17 do jornal, de 7 de janeiro de 1874, faz-se menção à “atenção, bondade e delicadeza de vários literatos, jornalistas amigos”, em constante correspondência com *O Sexo Feminino*, figuras tidas como “valentes lidadores no mundo das letras.” Tal

³² *O Sexo Feminino*, 07 de janeiro de 1874, n. 17; p. 01.

³³ *O Sexo Feminino*, 20 de setembro de 1873, n. 03; p. 01.

mudança nos remete a alguns questionamentos. O primeiro deles diz respeito à viabilidade, para aquela sociedade, de um jornal estritamente feminino. A adesão feminina parecia não se fazer no nível esperado, se considerarmos as inúmeras vezes que a redatora do jornal reclamava materiais de suas colaboradoras. Sua empreitada de incentivar e habituar as mulheres à escrita, após tanto tempo reservado a elas somente a possibilidade de exprimir-se através dos bordados, do piano e da cozinha,³⁴ esbarrava-se em dificuldades de ordem prática.

Outra possibilidade faz menção ao aspecto legitimador conferido à participação masculina no jornal. Momentos de crítica externa – diagnosticados pela aspereza argumentativa de *Senhorinha* – parecem coincidir com um estreitamento na interlocução com colaboradores do sexo masculino, inclusive com o marido da redatora, que atribuiria uma dimensão de autorização às propostas do jornal.³⁵ Ou ainda podemos nos remeter à boa receptividade de alguns homens às idéias das quais *O Sexo Feminino* era portador, fundamentalmente quando identificava a mulher a ideários patrióticos e maternais.

* * *

No amplo e longo processo misógino que caracteriza a história da humanidade, a valorização da mulher como responsável maior pelo bem-estar familiar, base para

³⁴ Como explicitam Constância Lima Duarte e Diva Maria de Macêdo, no livro *Via Láctea*: de Palmyra e Carolina Wanderley. Natal: NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.

³⁵ A despeito da referida legitimidade, no que diz respeito à fala do marido, redator de *O Monarquista*, no decorrer do jornal explicitam-se constantes alfinetadas entre os dois jornais (S.F. n. 22; n. 18). Talvez o companheirismo do marido não se sustentasse diante de alguns posicionamentos de *Senhorinha*. Segundo documentação sobre o quadro docente da cidade de Campanha, o professor José Joaquim, seu marido, manteve-se atuante no magistério, além de continuar sua publicação jornalística, mesmo nos anos em que *Senhorinha* vivia e trabalhava em outra praça (Corte). Apesar de tais elementos, não se pode avançar nessas questões, devido às limitações das fontes consultadas.

o bem-estar da sociedade, constitui-se em empresa sobremodo estratégica, tendo como pano de fundo a necessidade de se *construir o feminino*.

Se podemos falar no preceito de um padrão para a mulher nos Oitocentos, observa-se que, desde os séculos anteriores, vinha-se arquitetando uma nova condição de ser mulher, no intuito de identificá-la à mãe de família e à dona de casa, sendo que o século XIX culminaria na disseminação e, em algum nível, na consolidação desse novo padrão, enfatizando um tipo especial de educação da mulher, em que aprenderia, de forma racionalizada, a ser boa mãe, boa esposa e boa dona de casa.

Essa nova condição do feminino, que se difundiu pelo Brasil, assim como pela Europa, em meados no século XIX, atribuía à mulher o espaço do lar doméstico, orientando sua educação para essa esfera da vida social. Acreditava-se que o ordenamento social se daria através do controle dos impulsos e dos comportamentos no âmbito da família nuclear, agenciado, enfaticamente, pela figura da mãe, entendida como a multiplicadora de comportamentos civilizados.³⁶

Propagando pela mesma frente – a mulher mãe e esposa – identificamos um movimento crescente, em meados do século XIX, de jornais editados por homens, motivados em contemplar a mulher como sua companheira no caminho da civilização. Através dos jornais, ou ainda dos primeiros suplementos jornalísticos, em sua maioria destinados à mulher e à família, dar-se-ia centralidade à educação da mulher, a exemplo dos jornais de domínio feminino.³⁷ Esses jornais tinham o

³⁶ Conferir, sobre este assunto, VEIGA, Cynthia Greive. *Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos*. In. FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua educação – materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

³⁷ Entre os inúmeros periódicos destinados ao público feminino, ressaltam-se: o *Correio da Moda* (1839), dedicado à literatura, notícias elegantes e modas; *Recreio do Bello Sexo* (1856), jornal de modas, literatura, belas-artes e teatro; *A Mãe de Família: educação da infância e higiene da família* (1879), dirigido pelo médico Dr. Carlos Costa, especialista em moléstias infantis – todos do Rio de Janeiro, conforme dados de BICALHO, Maria Fernanda, (1999). Entre o adorno do salão e os

claro intuito de normatizar a conduta feminina, adequando-a aos moldes do que hegemonicamente se entendiam ser atitudes e hábitos concernentes ao bom desempenho da mãe e da esposa, com a intenção de que o privado fosse o educador da convivência pública.

É curioso como em muitos deles (periódicos) o amor racionalizado esteve associado à família nuclear quase que como uma tradição inventada, as ênfases quase sempre recaem no *dever* do amor recíproco de pais e filhos como regra de uma família civilizada, necessária a uma sociedade sem grandes tensões e conflitos.³⁸

Essa circulação de idéias, que vinham-se constituindo ao longo do século XIX, intermediadas pelo meio impresso, orientava para uma nova ordem de sentimentos, tendo no amor racionalizado seu grande trunfo.

(...) o amor que uma mãe consagra a seus filhos é incomparável com outro qualquer afeto da alma; esse amor que se resigna, que sofre, que se sacrifica pelos filhos, é um amor heróico; e digamos nem todas as mulheres são capazes desse heroísmo, mas isto só é devido à defeituosa educação que se lhes dá.³⁹

Temos assim a necessidade de preparar a mulher para o amor. Instruí-la para comportamentos racionalizados significava instruí-la, também, para sentimentos racionalizados. *O Sexo Feminino* difundia o amor familiar como uma construção indispensável a uma sociedade na qual a gênese familiar – o casamento – era, via

cuidados com a maternidade, os periódicos destinados à mulher, invariavelmente, não defendiam uma intervenção mais abrangente e ativa da mulher na sociedade.

³⁸ VEIGA, Cynthia Greive. Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. In. FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua educação – materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 55.

³⁹ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873, n. 15; p. 01.

de regra, visto como “meio de se fazer fortuna”.⁴⁰ Os princípios defendidos pelo jornal aproximam-no da filosofia positivista, que tem no casamento o fundamento da família, que reforçaria a subordinação natural da mulher em relação ao marido.

Em concordância com o ideário de progresso que animava a sociedade brasileira, enfatizado por republicanos na década de 1870 ⁴¹, e com a idéia de uma participação da mulher de forma mais consciente na sociedade, *O Sexo Feminino* propalava a mulher que teria como base o trinômio: religião, instrução e nação. A construção da mulher e do país aparece como indissociadas; através de uma intervenção ilustrada, alcançar-se-ia a sociedade desejada. Apropriando-se de tal idealização, por vias da retórica do patriotismo e do desejo do progresso, *O Sexo Feminino* emula a mulher civilizada e instruída, interventora na dinâmica social.⁴²

Em seu primeiro número, de 7 de setembro de 1873, no editorial de abertura, em uma tentativa de demarcar território, *O Sexo Feminino* apresentava-se na defesa das causas ditas de interesse da mulher e, assim, de sua própria existência.

Zombem muito embora os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa – O Sexo Feminino; tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso (...) O Sexo Feminino aparece, há de lutar, e lutar até morrer: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido.⁴³

⁴⁰ *O Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873, n. 08; p. 01.

⁴¹ Embalados, sobretudo, por *O Manifesto Republicano*, escrito por republicanos da Corte, em 1870.

⁴² Conferir apêndice, no final deste trabalho, que objetiva ilustrar a exaustiva crença no potencial feminino de intervenção ilustrada na sociedade.

⁴³ *O Sexo Feminino*, 07 de setembro de 1873, n. 01; p. 01.

A despeito de certa agressividade em seu posicionamento, valia-se da tática da vanguarda, como arauto do progresso, adornada pelo tom de evocação, de sensibilização. Dado como inevitável, vislumbrava o progresso que, em sua concepção, contemplaria a emancipação feminina, por meio de sua educação.

Para a mulher, identificar-se como mãe, filha e esposa, representaria seria uma maneira de despertar a empatia masculina, por serem estas as formas mais cordiais com que eles a viam. *O Sexo Feminino* parece ter consciência da necessidade desse canal de identificação, incorporando a associação entre mulher e mãe, como forma de sensibilizar a sociedade para causas que considerava serem mais nobres, de interesse da humanidade.

Além disto, se considerarmos a condição de subserviência vivida pela grande maioria das mulheres brasileiras no período colonial, tratadas com violência e sem muitas considerações, pode-se pensar que, para a mulher brasileira, a valorização de sua atividade na esfera privada, na esfera doméstica, representasse um ganho em seu status social. O pedestal da *rainha do lar* – se se fez desconfortável em momentos históricos subseqüentes – evidenciava um notável progresso para muitas mulheres da elite brasileira de meados dos Oitocentos.

A mesma forma, diria, feminina, de se angariar adeptos, mesmo em situações aparentemente adversas, pode ser percebida no que diz respeito a tão questionada natureza de mulher. Em espaço concedido a um colaborador do sexo masculino, evidenciava-se a enraizada visão da minoridade feminina, disposta à margem da esfera pública, necessitando ser tutelada pela ação protetora do homem. Assim ele se posicionava:

Ele (o homem) combate o inimigo e lava o campo da pátria, mas nada entende de miudezas domésticas; a mulher é-lhe urgente para lhe preparar a refeição, e os cômodos domésticos.

(...) E com efeito, quem é esse anjo todo candura, todo bondade, que, ao cair da noite, vem pressuroso esperar à porta da choupana com o riso nos lábios, e com os braços abertos para limpar o rosto a esses pobres, mas honrados filhos do trabalho, consolando-os, e como que lhes reparando as forças perdidas nos seus labores diários? ⁴⁴

Nessa passagem, como em quase toda a representação feminina dos Oitocentos, a atuação da mulher, tanto na vida social quanto em sua vida privada, é identificada a sentimentos, minorando sua dimensão racional. A associativa sentimental parece ter sido a forma escolhida também pelas mulheres para auto-referência.

Mãe! Não se assuste a vossa fraqueza com o grandioso título de educadoras!

Não, nós não queremos impor-vos estudos pedantescos, nem deveres austeros; é à felicidade que pretendemos conduzir-vos: são os nossos direitos postergados, que desejamos reaver; são as vossas forças e a vossa soberania que invocamos; é enfim, convidando-vos a percorrer a estrada afortunada da virtude e do amor que nos propusemos a pedir que vos instruais, para que possais educar vossos filhos nos são princípios da moral.

Com esse novel conseguiremos a paz do mundo, a ordem das famílias, a glória de nossos filhos e a ventura da humanidade.

Espíritos pouco refletidos nos acusam talvez de quereremos ressuscitar as mulheres sábias.

Descansem, lhes pedimos (...) ⁴⁵

⁴⁴ O *Sexo Feminino*, 18 de Abril de 1874, p. 03; n. 29.

⁴⁵ O *Sexo Feminino*, 07 de janeiro de 1874, n. 17; p. 01.

O jornal, em nome do bom senso, evoca a felicidade, a virtude, o amor e a moralidade, identificando a ação feminina a qualidades que garantiriam “a paz do mundo, a ordem das famílias, a glória de nossos filhos e a ventura da humanidade”. Com tão nobres intenções, dificilmente não comoveriam o maior dos conservadores. Além disso, faz sentido para um grupo excluído ou periférico usar o discurso dos grupos dominantes na exigência de mudanças, a fim de ganhar a atenção desses grupos e para validar seus próprios enunciados.

Igualmente munidos de sentimentos para se falar da mulher, temos que visão masculina e visão feminina estão invariavelmente impregnadas por tom moralista. Contudo, parecem não servir aos mesmos propósitos. Esses sentimentos, alardeados por *O Sexo Feminino*, como de pertencimento quase que natural de seu homônimo, não se associava estritamente à conformação de uma virtude do modelo cristão. Demarcava, antes, uma virtude relacionada à racionalidade, corroboradora da participação ativa e consciente da mulher em sociedade. A posição do jornal com relação à incorporação da mulher ao âmbito do sentimento, remete-nos ao fato de que as pequenas fissuras nascem, também, no interior do que se apresenta como consentimento. Nesse sentido, a linguagem que serve para dominar – associando a mulher à eterna minoridade racional – também é incorporada e reempregada no sentido da mudança. A passagem seguinte diz algo a respeito:

Homens inteligentes (...) insistem em que a razão não pode imperar no sexo feminino, porque o predomínio absoluto do sentimento nulifica-o para tudo.

Que a mulher recebeu da natureza o mimo da sensibilidade, é uma verdade indiscutível, porém essa verdade clama bem alto a favor de suas aptidões intelectuais.⁴⁶

Considerado tal construção, não se pode perder de vista sua posição reivindicativa no que diz respeito a sua subjetividade. Com argumentações mais contundentes, ou de forma mais suave, requeria uma posição de sujeito social, de independência e de valorização intelectual,

(...) Sede independente do homem por meio de uma educação apurada que deveis vos procurar; *cultivai sobretudo vossa inteligência com a maior soma de instrução que puderdes*, ornai o vosso espírito com o temor de Deus, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos; amai o trabalho e se vos casardes, não temereis um futuro triste (...)

Minhas patrícias: instrução e muita instrução vos aconselho; lede o grande livro da vida, o livro do povo – lede os periódicos – cultivai a imprensa, é só assim que podereis vir a *conhecer os vossos direitos*, as vossas obrigações, e os encargos e mais compromissos de vossos maridos que podem trazer a felicidade ou a ruína do casal. (grifos meus).⁴⁷

Apesar de incorporar a responsabilidade pela felicidade ou pela ruína da família, à mulher se oferece o direito de escolha com relação ao casamento. Incorporar o casamento como uma possibilidade para a mulher, indicava uma tolerância inimaginada em uma sociedade patriarcal. Contudo, por mais que se direcione o jornal à mãe de família, *O Sexo Feminino* parece assinalar alternativas à atuação da mulher em sociedade, conformadas, sobretudo, por sua inserção no trabalho.

⁴⁶ *O Sexo Feminino*, 11 de outubro de 1873, n. 16; p.

⁴⁷ *O Sexo Feminino*, 08 de novembro de 1873, p. 02; n. 10.

Não sirva de cuidado aos pais que suas filhas, assim educadas e instruídas, não saibam coser, lavar, engomar, cortar uma camisa, etc, etc.

A riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades.⁴⁸

A mulher a quem se destinam os editoriais de *O Sexo Feminino* é identificada como a mãe de família, agente civilizatório e responsável pelo bem estar familiar e, por conseguinte, da sociedade. A mulher das páginas finais, comumente na seção *Noticiários*, é a personagem do universo do trabalho, retratando sua atuação pelo mundo em diversas áreas. Para além de a disposição no jornal evidenciar a disposição da mulher na sociedade, essa diferenciação, grosso modo, permite-nos pensar na diversidade da construção do feminino daquela sociedade. Assim, a ampliação do campo de atuação das mulheres se fazia nas brechas possíveis.

A veemência com que discursos diversos convergiam atenção para a construção da disposição feminina no reduto doméstico encobria práticas destoantes de tal prescrição. Estudos recentes vêm dando visibilidade ao contraponto do modelo da “rainha do lar”, retratando a mulher em outros níveis de atuação. Desde a colônia, a diversificação das atividades femininas era grande. Estudos sobre a condição da mulher, ao longo do período colonial e imperial, confirmam sua inserção em espaços sociais variados, não-restritos ao mundo doméstico. Entretanto, uma grande parcela integrava a vida social e econômica mais ampla, sobretudo as mulheres de origem popular.⁴⁹ Fosse no comércio, fosse desenvolvendo ofícios

⁴⁸ *O Sexo Feminino*, 07 de setembro de 1873, p. 01; n. 01.

⁴⁹ Sobre a inserção feminina no trabalho em Minas, conferir FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

como o de costureiras e fiandeiras, as mulheres de extratos sociais mais baixos da província exerciam atividades remuneradas que lhes possibilitavam certa participação na vida pública.

June Hahner (2003), em sua análise sobre a emancipação feminina difundida na imprensa, referente às publicações jornalísticas de Francisca Senhorinha no Rio de Janeiro, afirma que Senhorinha e suas filhas, no final do século XIX, tinham no magistério e no jornalismo atividades fundamentalmente relevantes para a própria sobrevivência: “Ao contrário das protegidas senhoras da classe alta, bem educadas e cultas, elas necessitavam da renda que derivava de seus artigos jornalísticos”.⁵⁰

Dentro do novo quadro civilizador e consciente de que as mulheres já ocupavam, por necessidade, atividades remuneradas, *O Sexo Feminino* pretendia ampliar tais atividades, assim como moralizá-las.

Não será demais tudo que se disser para aprovar sob o ponto de vista civilizador, os esforços (...) para elevar o posto que a mulher deve ocupar na sociedade moderna; utilizar suas forças de modo a abrir-lhes carreiras honrosas e lucrativas é praticar ao mesmo tempo atos de inteligência e de moralização.⁵¹

Aqui o trabalho não aparece como uma contingência, mas antes como um dos direitos femininos postergados pelo autoritarismo masculino, já que a mulher possuía inteligência equivalente à do homem. O trabalho aparece como um dos pilares de sustentação da emancipação da mulher, adornado/ancorado por outros, mais afeitos à simpatia masculina, como moralidade e civilidade. A vinculação

⁵⁰ HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003:284.

⁵¹ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873, n. 15; p. 04.

entre trabalho e moralidade servia à regulação social, ideal caro à nova ordem social burguesa, que reservava à mulher a exclusividade do lar. *O Sexo Feminino* jogava com os próprios argumentos engendrados para reservar ao seu homônimo o espaço da casa, para a conquista de sua individualidade.

Sugere-se que, mais do que a idéia de resistência, deve-se pensar em apropriação como formadora da origem do espírito feminista, difundido de forma incipiente pelo semanário *O Sexo Feminino*.

Nem sempre estava explícita a barreira que separava a imagem da mulher-modelo, identificada como a mãe e a esposa exemplares e a mulher que reivindica um espaço profissional. Poder-se-ia dizer que o que havia de aparentemente contraditório e paradoxal eram, antes, gradações que se formavam entre a incorporação/conformação da centralidade feminina na família, indo ao que se poderia considerar o nível mais alto de sua atuação, que seria sua inserção no campo do trabalho, que lhe possibilitaria emancipação intelectual e independência financeira.

Considerações Finais

O semanário *O Sexo Feminino*, além de dedicar-se aos interesses da mulher, resguardava-se como porta-voz do progresso e da moralidade social, por onde escoava seus reais interesses em ampliar o campo de atuação de seu sexo. Em nenhum momento se desfaz a imagem da mulher identificável à mãe e à esposa, preocupada, sobretudo, com a educação e o futuro dos filhos. A tais tarefas femininas, acresce-se um nível de racionalidade que se desconhecia até então.

É importante tentar compreender por que uma representante da luta pelos direitos das mulheres tenha escrito tanto sobre a valorização da família e do papel da mulher na esfera doméstica, processo que resultou num afastamento dessas mulheres da esfera pública, do mercado de trabalho e da participação política. A condição de repressão e submissão a que estava sujeita a mulher representava uma etapa a ser superada e sua valorização no interior da família representou um avanço significativo, que a possibilitou reivindicações no sentido de sua maior participação social, permitindo que a mãe e a trabalhadora pudessem conviver em harmonia.

Diferentes experiências dizem sobre um movimento histórico em que discursos diversos tentam conformar femininos que, também diversos, tinham como traço comum a moralidade. Em casa ou no exercício de uma carreira, a mulher não poderia prescindir daquilo que constituía seu traço característico – sua honradez e sua moralidade. Assim, em busca da reconstituição do discurso argumentativo quanto ao campo de atuação da mulher na sociedade, chegamos à sugestão de que, utilizando-se de uma mesma ordem de justificativas, expressavam-se gradações diversas em seu nível de reivindicações.

O SEXO FEMININO EM CAMPANHA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER

Resumo: A despeito do movimento histórico de padronização do comportamento feminino circunscrito ao espaço doméstico, levado a cabo em meados do século XIX, alguns esforços no sentido de promoção do desenvolvimento das potencialidades da mulher, dentro e fora do âmbito familiar, podem ser detectados na imprensa da época. Neste artigo descrevemos o posicionamento do semanário *O Sexo Feminino* (1873-74), da cidade de Campanha, Minas Gerais, frente a questões políticas, culturais e educacionais, e analisamos algumas de suas estratégias discursivas.

Palavras-chave: Imprensa Feminina, *O Sexo Feminino*, Direitos da Mulher, Trabalho Feminino, Acesso à Ciência.

No dia 7 de setembro de 1873 começa a circular, pelas ruas de Campanha, Minas Gerais, o periódico intitulado *O Sexo Feminino*. Nele e nos quarenta e quatro números publicados semanalmente até o dia 7 de setembro de 1874,⁵² a editora D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e suas colaboradoras – constituidoras de uma pequena elite de mulheres letradas dentro e fora de Campanha – tinham como motivação comum a melhoria da condição da mulher na sociedade.

O Sexo Feminino despontava com o intuito de fazer companhia aos intelectuais que dominavam a imprensa de seu tempo. Publicava-se, praticamente meio

⁵² Depois da experiência em Campanha, sua redatora muda-se com suas filhas para o Rio de Janeiro, onde continua a publicar jornais, em meio a uma efervescente imprensa dirigida e editada por mulheres. Mantém-se atuante como jornalista até, pelo menos, o ano de 1893, ano em que publicava *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*.

século após a liberação da imprensa no Brasil,⁵³ um dos primeiros jornais escritos por mulher, utilizando o meio impresso como espaço por onde escoariam suas reivindicações várias, impulsionadas por um amplo movimento de redefinição da mulher na modernidade. Francisca Senhorinha consolidava caminhos abertos por outras mulheres, que já haviam-se aventurado no campo das publicações jornalísticas.

Em 1852, a argentina Joana Paulo Manso de Noronha, fundava, no Rio de Janeiro, o *Jornal das Senhoras*, com o subtítulo: *Modas, Literatura, Bellas-Artes, Theatros e Crítica* e, em 1862, apareceria o *Bello Sexo: Periódico Religioso, de Instrução e Recreio, Noticioso e Crítico Moderado*, redigido por D. Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, também no Rio de Janeiro.⁵⁴

De acordo com Maria Amélia Teles, o Brasil, durante o século XIX – com destaque para seu último quartel – foi o país latino-americano onde o jornalismo feminista demonstrou maior empenho, acenando para uma produção muito fértil, sobretudo no período republicano, quando percebia-se a presença constante e atuante dessas primeiras escritoras.⁵⁵

A condição a que estava submetida a mulher brasileira, durante o século XIX, era de repressão e submissão, crítica presente em *O Sexo Feminino*, que compreendia sua situação como a de “traste de casa” – traço que, segundo sua redatora, aproximava ricas e pobres, negras e brancas.⁵⁶ Segundo Maria Beatriz

⁵³ A imprensa livre foi institucionalizada no Brasil após 1822, quando se aboliu a censura prévia no país, que vigorava desde 1808.

⁵⁴ Apesar de formatação muito semelhante a esses primeiros periódicos: 4 páginas, folhas tipografadas, *O Sexo Feminino* apresentava-se de forma mais contundente em nome da *regeneração* da mulher, em comparação ao tom moderado dos jornais anteriores.

⁵⁵ Sobre este assunto, conferir trabalho de BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo. Imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*.

⁵⁶ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1874, n. 41, p. 01.

Nizza da Silva, a condição da mulher casada, que perdurava no Brasil desde a primeira metade do século XIX, era de completa submissão ao marido, sendo que sua conduta obedecia a um rígido controle, ao passo que a do marido era sempre encarada com benevolência, conquanto que garantisse o sustento da família. Para não serem ignoradas e relegadas à cozinha (como parte do mobiliário) ou, o que era pior, tratadas com brutalidade, foram necessários investimentos em várias frentes que as elevariam ao pedestal de *rainhas do lar*. A valorização da mulher na esfera doméstica representou requisito fundamental para que a imprensa feminina progressivamente reivindicasse novos espaços no mercado de trabalho, assim como maior participação política.

Para além do reconhecimento e do respeito em âmbito familiar, *O Sexo Feminino* defendia o desenvolvimento integral das potencialidades da mulher, dentro e fora de casa, além da conquista de direitos que possibilitariam a ela o domínio de conhecimentos, maior participação nas questões de campo social, assim como a garantia de direitos na esfera política.

Por ser a escrita um dos espaços e domínios a ser conquistado pelas mulheres, *O Sexo Feminino* apresentava-se com certas ressalvas. Considerando o verdadeiro ostracismo de seu sexo ao universo da política, bem como da dilatada negativa ao domínio da palavra – inclusive da escrita – supõe-se estratégica a posição de *O Sexo Feminino* em definir sua neutralidade naquela esfera, pontuando que “nossa folha não é política”. Um posicionamento demarcado por questões políticas *stricto sensu* implicaria limitar ainda mais o número de possíveis leitoras e leitores, que já teriam de se haver com o fato de serem simpáticos às causas femininas.

A neutralidade política do jornal era questionada, inclusive, pelo fato de sua redatora ser casada como também jornalista e advogado Dr. José Joaquim da Silva Diniz, proprietário do jornal *O Monarchista*, de Campanha, onde *O Sexo*

Feminino era tipografado. O casamento com um monarquista declarado deveria sugerir quase que por contágio, sua posição política. Francisca Senhorinha, em algumas passagens do jornal, explicitava simpatia pelo Imperador D. Pedro II, enfatizando o que o aproximava de um mecenas, tido como “protetor das letras, e seu mais acérrimo propagador”⁵⁷. Tais elementos serviam como base para o contínuo mal-estar com o editor de *O Colombo*⁵⁸, jornal campanhense com veio republicano, a quem Senhorinha respondia com veemência: “Não sabemos em que grande república ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de *direitos políticos*, como o de votar e ser votada”.⁵⁹

Longe de ser um observador imparcial da dinâmica política de sua atualidade, *O Sexo Feminino* respirava ares impregnados por questões políticas. Se negava tal interferência, esta materializava-se na própria existência do jornal. A escolha da data para a publicação do primeiro número do periódico – 7 de setembro – faz coro com uma associativa constante no jornal, quer seja, independência política do país e independência da mulher. Narciza Amália, renomada poetisa de Rezende, província do Rio de Janeiro, uma das colaboradoras mais ilustres de *O Sexo Feminino*, assim entendia:

Do seio dessa terra de Minas, tão rica de seiva e de juventude, do seio dessa terra generosa, que recebeu e fecundou as primeiras idéias de nossa emancipação política, é que devia também partir o primeiro brado pela emancipação da mulher.⁶⁰

⁵⁷ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873, n. 20. p. 02.

⁵⁸ Primeiro jornal republicano em Minas, fundado por Francisco Honório Ferreira Brandão. Campanha (1873-1885), segundo VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1947:255.

⁵⁹ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873, n. 20. p. 03.

⁶⁰ *O Sexo Feminino*, 11 de outubro de 1873, n.06; p. 03.

Excluído:

Com níveis diferenciados de engajamento, não se furtava às discussões que constituíam a efervescência política do período. Uma questão a ser enfrentada pelas mulheres, segundo o jornal, dizia respeito a sua representatividade nas decisões políticas. Constantes reivindicações junto aos legisladores, de quem *O Sexo Feminino* cobrava intervenções mais efetivas no que se entendia ser os *interesses da mulher*, demarca sua percepção sobre o campo político como sendo um campo de poder.

A despeito dessa compreensão, o voto feminino não aparece explicitamente em seu horizonte de reivindicações, sendo o bastião político a representação de uma utopia para as mulheres de seu tempo, como quando postula, com certa ironia, o descaso dos homens no “que diz respeito à votação” das mulheres, “isto é, a votarem e serem votadas, que é o que aliás constitui verdadeira utopia na atualidade, e enquanto os homens não forem anjos; mas entretanto, permanece e vai continuando na representação da tal farsa eleitoral.”⁶¹

Mesmo que de maneira sutil, Francisca Senhorinha desenhava argumentos de sustentabilidade daquilo que viria a ser uma de suas principais frentes, ou seja, o sufrágio feminino. Em publicações subsequentes, com destaque para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889/1893)*, em um contexto mais propício ao movimento feminista, ela assumia, de forma contundente, sua posição favorável ao voto da mulher. Essa mudança sugere o próprio movimento vivenciado pela sociedade brasileira que, em meados do século XIX, alimentada por ares de liberdade e igualdade, buscava constituir a imprensa como um lócus privilegiado de ampliação democrática, inclusive no que se refere ao sufrágio feminino e que, já no período republicano, com o fortalecimento do meio impresso, contava-se também com a ajuda de outras frentes de defesa pelo voto, inclusive associações femininas.

⁶¹ *O Sexo Feminino*, 14 de janeiro de 1874, n. 18; p. 02.

O direito ao voto da mulher era entendido como um desejo utópico, sobretudo se considerarmos que, nos primeiros anos da década de 1870, o número de eleitores era pequeno e que, mesmo entre a maioria dos homens, era um direito ainda por se conquistar, uma vez que era exigido um certo grau de renda e de alfabetização. A exemplo de outras Constituições latino-americanas, as leis brasileiras não faziam menção proibitiva, de forma direta, ao voto da mulher, uma vez que o título de cidadão era concedido somente aos homens – o que, segundo Branca Alves demonstra o tal nível de menosprezo pela figura feminina.⁶² Contudo, não faltava fôlego para que algumas mulheres, por meio impresso, reivindicassem participação em outros níveis de influência, que dariam contornos de legitimidade à sua atuação política que, nas décadas seguintes, culminaria no voto feminino.

Sua causa feminista⁶³ fortalecer-se-ia à medida que se solidarizava com argumentações em favor de uma sociedade mais igualitária, como no que se referia aos escravos. Sem dedicar nenhuma matéria onde estes constituíssem a temática central, a escravidão aparecia no jornal, em momentos pontuais, associada ao regresso, como prática incompatível ao mundo civilizado, como no editorial de 20 de setembro de 1873, onde escrevia:

Não há maior erro, mais triste ingenuidade do que dizer-se que o século XIX é o século das luzes, existindo a escravatura e a pena de morte, os dois maiores crimes do mundo bárbaro, ainda conservados no mundo civilizado.⁶⁴

⁶² Curioso perceber que algumas mulheres valeram-se de tal abertura legal para reivindicarem o direito ao voto, em décadas seguintes, o que rendeu muita polêmica, o que obrigou os legisladores a reverem o corpo da lei, estabelecendo expressamente a proibição ao voto da mulher. Conferir ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁶³ Dada a complexidade do termo feminismo, pensado como movimento de ampla repercussão, utilizo-me da expressão, aqui, com a intenção de demarcar o posicionamento do jornal como veículo de defesa de questões entendidas como sendo de interesse feminino.

⁶⁴ *O Sexo Feminino*, 20 de setembro de 1873, n. 03; p. 01.

Com a proibição do tráfico negreiro no Brasil, em 1850, acelerou-se a luta pela libertação dos escravos, contando com uma adesão bastante significativa de algumas mulheres que, em décadas seguintes, chegaram a organizar sociedades abolicionistas. De acordo com Maria Amélia Teles, a forma de as mulheres abolicionistas participarem denunciava sua própria condição de subordinação: “Elas colaboraram nas atividades que garantiam a infra-estrutura da campanha, como vender doces e flores para levantar finanças ou tocar piano e cantar nas festas realizadas em prol do movimento abolicionista”.(1999, pg. 28)

Narcisa Amália, uma das poetisas colaboradoras de *O Sexo Feminino*, era uma abolicionista simpatizante de Nísia Floresta e defendia o fim da escravatura, ao lado da proposta republicana e de educação e emancipação da mulher. Contudo, a maneira como a questão da escravidão aparece nos números iniciais de *O Sexo Feminino* nos dá a dimensão de como a imprensa ainda gestava tais discussões, que foram tomando corpo, inclusive em publicações subseqüentes do jornal.

No que tange à pena de morte, o jornal dedicou maior atenção, trazendo para suas páginas um caso emblemático que apontava elementos de barbaridade, insistentes em permanecer na sociedade, dificultando o triunfo da tão propalada civilização. O caso do carrasco Fortunato, criminoso que livrou-se da morte admitindo ser o executor de condenados à forca, revela a permanência de uma prática que, personificada em Fortunato, deveria ser banida da sociedade.

Fortunato havia sido, por um longo período, o algoz de muitos criminosos na província mineira. Sem mais serventia na província, e sem meios legais que lhe destinassem outra vida, permanecia preso, símbolo vivo de um tempo em que *a espada prevalecia sobre a razão*. Tempo que se pretendia distante, porém que persistia em fazer-se presente. O pedido da província do Rio de Janeiro para que lá fossem utilizados os seus préstimos evidenciou essa permanência.

Realizada sua missão sangrenta em terras fluminenses, inicia-se a polêmica sobre o destino de Fortunato. *O Sexo Feminino* defendia que ao carrasco fosse dada a liberdade para que buscasse o perdão junto a Deus e à sociedade, por tantas mortes que carregava. É interessante notar a estratégia do artigo de Senhorinha⁶⁵ que, em nome das mães de família de sua cidade e de toda a província mineira, intervêm junto ao Imperador e, arditosamente, à Imperatriz. Quando seus argumentos construía-se com base no pedido de clemência para o algoz, designava sua fala à Imperatriz, em um explícito apelo à sua condição de mulher piedosa.

Sensibilizando-se em nome de uma vida humana, como em uma prece onde se roga à Virgem Maria que intervenha junto a Jesus Cristo pelos oprimidos, espera-se da Imperatriz que exerça seu instinto materno, mesmo como esposa, e influencie favoravelmente na decisão do Imperador. Refletia, portanto, o que se esperava da mulher na sociedade: mensageira do bem público, personificação da civilização. Reconhecidos seus instintos maternos, sua natural aptidão para o cuidado, necessitava oferecer-lhe instrumental para que potencializasse sua intervenção social de forma racionalizada, instruída, ilustrada. Nesse sentido, *O Sexo Feminino* apresentava-se como importante veículo instrumentalizador na busca pela ampliação do campo de domínio feminino, e, por conseguinte, estimularia a diminuição da “grande desigualdade de condições civil e política entre os dois sexos no Brasil”⁶⁶, por meio da consolidação de uma prática que gostaria constante na sociedade: o posicionamento da mulher frente às questões de interesse social.

⁶⁵ *O Sexo Feminino*, 08 de novembro de 1873, n. 10; p. 02 e 03.

⁶⁶ *O Sexo Feminino*, 27 de dezembro de 1873, n. 16; p. 02.

Instrumentalizando a atuação feminina

Uniam-se forças em favor da consolidação de direitos civis, meta para a qual a redatora dedicava especial atenção. Estimulado por um protesto assinado por mulheres portuguesas contra o casamento civil, no final da década de 1860 – documento que circulava pela imprensa brasileira, copilado por alguns jornais – *O Sexo Feminino* prontifica a fazer-se de intermediário entre os favoráveis e os contrários a tal casamento, disponibilizando seu jornal como porta-voz de um assunto reiteradamente interpretado como sendo de interesse social, possivelmente com vias na capitalização de mais simpatia

A discussão sobre o casamento civil,⁶⁷ temática privilegiada por *O Sexo Feminino*, apresenta-se como uma dupla empreitada para o semanário: além de contribuir para o debate de um assunto momentoso e abrangente em sua atualidade, promover-se-ia como veículo de divulgação de idéias, transformando em hábito o que até então era incomum na sociedade, ou seja, que a mulher fosse à imprensa posicionar-se publicamente no que tangia a seus interesses como sexo e, por intermédio destes, o aperfeiçoamento racional da dinâmica social, transformando as práticas de leitura em um debate social público. Pretendia, através do incitamento à discussões das mulheres, assim como o estímulo à sua escrita e posicionamento nos periódicos, demonstrar uma participação conseqüente da mulher nos assuntos de interesse da sociedade, almejando maior *visibilidade civil*.⁶⁸

Fruto dessa reivindicação parece ter sido o pedido de algumas mulheres para que respondessem pessoalmente pela assinatura do jornal, sem o intermédio do

⁶⁷ No Brasil, o casamento civil só foi promulgado, através do decreto nº 181, em 24 de janeiro de 1890.

⁶⁸ Stella Bresciani (1991) utiliza-se dessa expressão para problematizar a exclusão feminina dos direitos políticos, no Brasil e na Europa, no século XIX e início do XX. Cf. BRESCIANI. Maria Stella Martins. *O Anjo da Casa*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1991.

Excluído: ¶

marido. “Está encetada uma vultosa correspondência entre as senhoras que reclamam a remessa desta folha diretamente a elas, e não por intermédio dos maridos.”⁶⁹ Queriam demonstrar que a desigualdade entre os sexos estava centrada menos em aspectos naturais, sendo antes reflexo de um longo alijamento da educação, argumento este reforçado, inclusive, no posicionamento de alguns jornalistas adeptos da educação feminina. O jornal *República*⁷⁰, do Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1873, saudando o aparecimento de *O Sexo Feminino*, parabenizava Senhorinha por sua iniciativa, reconhecendo as dificuldades para a instrução da mulher, assim se posicionava:

sua linguagem de sobra demonstra que as faculdades intelectuais da mulher em nada são inferiores às do homem.

O que mais do que ela teria feito um homem, professor na cidade da Campanha?! E demais, para que em nosso país uma senhora achesse habilitada a entrar nas lutas da imprensa, quanto não lutou para adquirir instrução, cercada como está de um ambiente opressor, cheio de preconceitos, de falta de recursos de todo o gênero para o sexo feminino(...)⁷¹

Defesas como essa ganham maior dimensionamento quando da leitura de jornais contemporâneos a *O Sexo Feminino*. Com facilidade se percebe que a simpatia demonstrada pelo *República* estava longe de ser regra na imprensa de domínio masculino. Eram constantes publicações jornalísticas que, mesmo demonstrando aparente cordialidade, permaneciam enraizadas em uma mentalidade de recusa à ampliação do campo de atuação da mulher. Nesse aspecto, o já mencionado

⁶⁹ *O Sexo Feminino*, 07 de janeiro de 1874, n. 17; p. 04.

⁷⁰ Órgão do Partido Republicano, do Rio de Janeiro, com quem *O Sexo Feminino* mantinha estreitos vínculos.

⁷¹ Trecho reproduzido do jornal *República*, por *O Sexo Feminino*, de 04 de outubro de 1873, n. 05, p. 03.

jornal *O Colombo* parece ser um dos mais entusiastas em criticar as pretensões de *O Sexo Feminino*.

queremos que antes e acima de tudo a mulher seja verdadeiramente *a mulher*. - saiba ser filha, esposa e mãe, - e não descure o aprender a costurar, cozinhar, lavar e engomar, para poder tornar-se perfeita dona-de-casa cuja administração interior lhe será subordinada.

Isso antes de tudo. Depois então, a instrução: e quanto mais farta, melhor.

Querer fazer das mulheres verdadeiros homens, reservando sem dúvida para estes (homens) o governo da casa, como parece pretender *O Sexo Feminino*, é inverter as leis da natureza, e tirar da mulher aquele doce perfume de candidez, de modéstia e de pudor que Deus lhe deu e pelo qual tem ela sempre conquistado a estima, os respeitos e a veneração da humanidade.(...) Livre-nos Deus de mulheres sábias: matou-as Molière com aquela sua apreciadíssima e sempre nova comédia das Preciosas Ridículas.⁷²

Os argumentos do editor de *O Colombo* são ilustrativos de um ambiente misógino, de pouca receptividade às idéias de Senhorinha, que eram entendidas como portadoras de uma inversão de papéis naturalmente designados aos sexos. *Livre-nos Deus de mulheres sábias*: assim indica que o século XVII havia ficado não só nos registros teatrais, mas também na mentalidade da sociedade.

A retratação de Molière – apesar de ser uma peça escrita há mais de dois séculos (1654), nos dizeres de *O Colombo*, constituía-se em *sempre nova* representação da figura feminina – reforçava o enraizamento da mentalidade sobre a mulher.

Por outro lado, nota-se que o nascimento do periódico não passou em brancas nuvens, sendo a preocupação do redator em desabonar as causas por que lutava

⁷² *O Colombo*, Campanha, ano I, domingo, 14 de setembro de 1873, n. 36.

O *Sexo Feminino* indicativa da iminência do perigo em estar nas mãos de uma mulher, um promissor veículo de divulgação, como o impresso – sobretudo se demonstrando boa articulação e lucidez de propósitos como o fazia Senhorinha. O *Sexo Feminino* não era encarado como mero veículo de capricho feminino, passatempo e diversão de mulher pretensiosamente intelectualizada, mas antes porta-voz de um potente interventor na dinâmica social.

Não é sem motivo que se recupera Molière para se questionar a empreitada jornalística de Senhorinha. A preocupação em colocar a mulher no lugar devido, ou seja, o destinado pelos homens é fundamentalmente pertinente em *Preciosas Ridículas*. As preciosas Madalena e Catarina – personagens femininas da peça – se vêem em sérios problemas ao questionarem a autoridade do pai Gregório e seu arranjo matrimonial, assim como por ocuparem-se com enfeites e sentimentalidades.⁷³ Gregório concluía:

⁷³ (Gregório) Chega de tagatés!... Nem parecem mulheres! ... parecem... busca-pés! Bom dia, vocês querem informar-me afinal, quando vai acabar aqui o carnaval?!... Chega de pedantismo! ... Acabou-se o capricho!... Pomadas e pinturas... tudo vai para o lixo!

(Madalena) Escutai... Pai e Senhor! Vós nada percebeis das regras sociais... a essência... as novas leis! A rispidez paterna!... a força... a imposição... é Espectro do Passado!... Esvai-se na amplidão das coisas mortas!... para abrir novos caudais aos rios de cristal dos nossos ideais! Hoje as moças, meu pai, devem ser conquistadas com ternuras no olhar!... com frases rendilhadas!... poesia!... Bucolismo!... Agitações nervosas!... que aos páramos do Amor arrastem as preciosas!... Eles!... perturbadores!... graças!... emocionados!... devem a nossos pés render-se, apaixonados.. e em doces ditirambos!... poéticos!... audazes!... jurar, cavalheirescos, de que são capazes de se bater por nós!... de ir arrancar à Lua o manto sideral da deusa que flutua, em troca de um sorriso!... de um olhar!... de um beijo! Rasgar o coração, nas ânsias do desejo!... O Amor... é a conquista! A posse ... é o sacrifício!

(Gregório) Eu já não posso mais!... estou, que não agüento!... ou faço alguma asneira, ou se calo... rebento! (...) Quem manda nesta casa é homem!... e só um!... Sou eu!... Ouviram bem?!... Vocês não de casar, mas é com os maridos que eu lhes destinar!... Dei a minha palavra... e a cumprir-se não tarda... isso... antes que me chegue às ventas a mostarda! Sapecas!... (...) E vós... tomai cuidado!... "Ridículas preciosas"! (...) Lá para dentro, já! (...) e vós, futilidades pomadas e pinturas!... versos e nulidades!... sonetos e sonatas... e outras mais diabruras, que as moças arrastais a só fazer loucuras! (...) Seja o vosso destino arder no fogo eterno!... Ide-vos consumir nos antros do Inferno!

(...) e vós, futilidades pomadas e pinturas!... versos e nulidades!...
sonetos e sonatas... e outras mais diabruras, que as moças arrastais
a só fazer loucuras! (...) Seja o vosso destino arder no fogo eterno!...

Consciente da enraizada associação entre mulher e vaidade, *O Sexo Feminino* fazia desse combate uma de suas principais frentes, denunciando a aceitabilidade da mulher em sua inferiorização social. A mulher deveria perceber-se como ser independente, e tinha de preparar-se para isso. Alcançaria a maioria abandonando futilidades pueris corporificadas pela vaidade excessiva.

O jornal deprecia o excesso de zelo com a aparência. “O luxo e a vaidade, eis o seu apanágio! Eis a sua única aspiração sobre a terra!”⁷⁴ Tal atitude representava empresa fadada à eterna objetivação da mulher que, preocupada com sua ornamentação externa, secundarizaria o que de mais importante constituiria a nova mulher: sua educação. A vaidade feminina parece um sério obstáculo à sua racionalidade, chegando a redatora a responsabilizá-la pelos maus casamentos e pelos infortúnios em família, por isso devidamente recalcada pelo jornal.⁷⁵

Em vez de formar seu coração para a virtude, de fazê-la conhecer seus deveres, de ornar-lhe o espírito com conhecimentos que a livrem do enojo, habituam-na ao gosto do enfeite e da vaidade, e só cuidar das graças do corpo desprezando os ornatos internos do espírito, e as qualidades do coração (...) completamente ignorantes do que devem a Deus, a si mesmas e à sociedade.

⁷⁴ *O Sexo Feminino*, 14 de setembro de 1873, n. 02; p. 03.

⁷⁵ Apesar de não explicitadas pelo jornal, alguns aspectos específicos estavam relacionados ao apelo à participação mais consciente da mulher na sociedade, como a referência ao aleitamento materno, prática sabidamente rejeitada pelas mulheres do século XIX. Em 1873, o médico José Pereira Rego proferia palestra na Academia de Medicina, em discurso incentivador para que as mulheres não se “deixem subjugar pelos caprichos da moda e prazeres sociais”, em detrimento de aleitarem seus filhos. Apud. VEIGA, Cynthia Greive, 2004:54.

Só lhes falam de modas, divertimentos, bailes, reuniões, espetáculos (...)⁷⁶.

Além disso, Senhorinha, atenta para o fato de que a vaidade excessiva da mulher, valorizada e até estimulada pelo homem, atraído por sua ornamentação externa, apresenta-se, em um círculo vicioso, como argumento destes para justificar uma possível debilidade feminina. Esse ponto de vista identifica homens e mulheres como indivíduos deformados pelos costumes sociais. Tal círculo se quebraria à medida que a mulher se conscientizasse dessa realidade e passasse a uma atitude menos passiva.

Diante da constante negativa masculina em ver na mulher uma igual, esta deveria agir de modo a comprovar suas aptidões racionais, preparando-se por meio de uma educação e instrução acuradas, em uma espécie de transição do requinte do corpo ao requinte do espírito. *O Sexo Feminino* construía um sujeito identificado, sobretudo, por sua condição de devedor: a busca pela legitimidade da igualdade de suas condições racionais trazia, em seu bojo, uma carga de incorporação de responsabilidade, pela mulher, pelo bem estar da sociedade. Como tática de convencimento, Senhorinha incorpora, ao mesmo tempo em que constrói, como sexo, o lugar do equilíbrio, da benevolência, enfim, da civilidade.

Em um artigo intitulado *O que queremos?*, *O Sexo Feminino* lamenta o estado de ignorância de direitos em que vive a mulher.

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;
Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de
que possamos educar também nossos filhos;

⁷⁶ *O Sexo Feminino*, 23 de maio de 1874, n. 33; p. 02.

Queremos a instrução pura para conhecermos os nossos direitos, e deles usarmos em ocasião oportuna;
Queremos conhecer os negócios de nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;
Queremos enfim saber o que fazemos, o porquê e o pelo quê das coisas;
Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa;
Só o que não queremos é continuar a viver enganadas.⁷⁷

Nessa passagem, Francisca Senhorinha explicita a legitimidade dos direitos femininos. Com a retomada dos direitos, supunha-se alcançar a propalada emancipação da mulher. Tratava-se de reaver os direitos, e não propriamente de conquistá-los. A estratégia discursiva remete à necessidade do reconhecimento de direitos naturais que vinham sendo negados ou desrespeitados, como a liberdade usurpada dos povos escravizados.

Transpondo o espaço da casa: o direito ao trabalho remunerado e o acesso à ciência

Stella Bresciani (1991), em seu estudo sobre a parcela da população excluída dos direitos políticos nas sociedades européias e no Brasil do século XIX e início do XX⁷⁸, fala do trinômio que sintetiza o conjunto das reivindicações femininas, em nome de sua emancipação, no decorrer desse período, ou seja, a instrução, os direitos políticos e os direitos civis. Em maior ou menor grau, *O Sexo Feminino*

⁷⁷ *O Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873, n. 08; p. 02.

⁷⁸ BRESCIANI, Maria Stela. *O Anjo da Casa*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1991.

reproduz tais reivindicações, onde sobressaía o acesso às profissões, sobretudo às ditas profissões liberais, como uma importante bandeira de luta.

A despeito de sua enraizada missão doméstica, a inserção no mundo das profissões aparece ora com tonalidades mais discretas, ora como direito negado às mulheres, mas sempre como importante alternativa à sua escravização no lar. Assim as colaboradoras de *O Sexo Feminino* contestavam o lugar da casa como único reduto da mulher, cenário naturalmente destinado ao dispêndio de suas energias: o “deserto em que vivemos (...) onde o destino decretou-nos a residência.”⁷⁹

Toda a discussão sobre a participação consciente da mulher na sociedade ganha relevo quando se discute sua instrução. Por mais que esteja presente o atrelamento entre educação e ilustração, como meio de tornar a mulher uma companhia mais agradável ao homem e de maior utilidade na formação de seus filhos, não podemos desconsiderar seu caráter emancipatório. A instrução viabilizaria sua emancipação, seja por meio de sua participação social ou por um trabalho remunerado.

Os trabalhos tradicionalmente ocupados por mulheres eram impregnados por um duplo problema: umas vezes a empurravam para a reclusão da vida privada – como no caso das costureiras, bordadeiras, roceiras, que, apesar do não comprometimento moral de suas atividades, estas não lhes permitiam romper com o estigma de inferioridade – outras eram ocupações ilícitas: da *mulher pública*. Assim adjetivado, o trabalho feminino fora do seio doméstico carregava uma forte carga de amoralidade, como das prostitutas e das donas de bordéis. Os trabalhos tradicionais femininos estavam atrelados à mera sobrevivência humana, suprindo

⁷⁹ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1874, n. 41; p. 01.

as necessidades de manutenção da vida, ao passo que, na nova sociedade da qual *O Sexo Feminino* era mensageiro, esses atributos eram insuficientes.

A busca por alternativas de trabalho era uma tentativa de rompimento e de expansão da casa – lugar de produção da vida e, portanto, dos ofícios relacionados à esfera do privado – para a apropriação e o domínio da ação pública, através do pensamento cultivado, em um processo de ampliação de suas perspectivas profissionais e intelectuais. *O Sexo Feminino* considerava a necessidade de ampliação de tais espaços em função de maior visibilidade civil, preparando a mulher intelectualmente para tal. A mobilidade social, senão está ausente, também não parece preocupação central do jornal que, como representante da elite intelectualizada de sua cidade, atua no sentido de fazer que as funções femininas fossem associadas a novos domínios que não os já enraizados no imaginário da sociedade.

Médicas, advogadas, escritoras, professoras secundárias, telegrafistas, eram constantemente mencionadas pelo jornal, que publicava a luta de mulheres pela participação em concursos públicos, assim como sua inserção em cursos superiores pelo mundo, ao passo que protestava contra a exclusão feminina das instituições de ensino superior. O acompanhamento sistemático e entusiástico de cada nova inserção das mulheres em faculdades pelo mundo, se induzia ao debate sobre a temática, também amadurecia a pretensão que viria a constituir-se em possibilidade, em 1879, com a Lei de Reforma do Ensino Superior, e, realidade, anos mais tarde, com a primeira mulher a formar-se em medicina no Brasil, no ano de 1887.⁸⁰

⁸⁰ Rita Lobato Velho Lopes graduou-se na escola de medicina da Bahia, seguida, em 1888, por Ermelinda Lopes de Almeida, graduada pela escola de medicina do Rio de Janeiro. No mesmo ano, 1888, outras duas brasileiras receberiam o diploma de direito, segundo dados de HAHNER, June, 2003, p. 149/150.

O *Sexo Feminino* tinha consciência das barreiras no caminho de uma formação superior, e uma delas era a necessária estruturação em níveis primário e secundário de ensino:

Mas no Brasil em geral, e especialmente nesta grande e opulenta província, tudo está ainda por fazer: nem cursos científicos, nem colégios de artes, nem mesmo escolas primárias regularmente montadas.⁸¹

Garantindo instrução que habilitassem as mulheres para o trabalho, a intenção era “abrir-lhes todas as carreiras que suas condições físicas e morais as tornam aptas para ocupar”⁸², não negava as diferenças entre os sexos, pois resguardava os tradicionais bastiões masculinos, quer sejam: o militar, o político e o religioso⁸³. “As senhoras, suposto não fossem destinadas para as armas, nem para a magistratura, e ministério da igreja, não têm, contudo, ocupações menos importantes para o bem geral da sociedade.”⁸⁴

A formação feminina para o trabalho não colocaria em risco sua *natureza de mulher*, sendo que O *Sexo Feminino* resguardava as *qualidades femininas*:

(...) é extremamente satisfatório ver-se que o progresso intelectual efetua-se sem perder terreno, e sem que as qualidades femininas tenham de algum modo enfraquecido. A cultura do espírito não faz a

⁸¹ O *Sexo Feminino*, 20 de janeiro de 1874, n. 19; p. 02.

⁸² O *Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873, n. 15; p. 03

⁸³ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

⁸⁴ O *Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873, n. 08; p. 03.

mulher sair de sua esfera. Torna-a sim um ser mais nobre, mais sábia, melhor, e mais amável.⁸⁵

A inserção das mulheres nas profissões possibilitaria a ampliação de seu campo de atuação que, por sua vez, permitir-lhe-ia maior independência da figura masculina e que poderia até proporcionar a possibilidade de fazer fortuna, como ocorrido com a renomada escritora George Sand que, “com a pena na mão” e trabalhando intelectualmente faturou uma fabulosa quantia inimaginada para o universo doméstico da mulher que, “ainda que vivesse duas vidas de cem anos jamais chegaria a ganhar com o trabalho físico”⁸⁶, episódio entusiasticamente narrado por Senhorinha. Esta e outras narrativas de mulheres bem-sucedidas fora do âmbito doméstico, tinham a pretensão de emular mulheres que “desprendendo-se do comum do nosso sexo”⁸⁷, induziriam outras à identificação com modelos alternativos ao da mulher de alcova.

De toda sorte, percebem-se ainda, no jornal, resquícios de secundarização do trabalho da mulher. Sua atuação aparece como uma garantia à mulher, caso depare com a necessidade dele, na ausência do marido, em uma espécie de ‘seguro de vida’. Nesse caso, sua produtividade mantém-se extrínseca, sob proteção e tutela masculina. Essa visão fica evidente na seguinte passagem,

habilitadas as mulheres para tais misteres ficarão muitas *das que não precisam de ocupar-se com os negócios puramente domésticos*, as aptas para exercer profissões que atualmente são afeitas ao sexo

⁸⁵ *O Sexo Feminino*, 28 de janeiro de 1874, n. 20; p. 01.

⁸⁶ *O Sexo Feminino*, 28 de março de 1874, n. 26; p. 04.

⁸⁷ *O Sexo Feminino*, 01 de novembro de 1873, n. 09; p. 03.

masculino, sem que haja repugnância para que o sejam aos indivíduos do sexo feminino.(grifos meus)⁸⁸

Uma análise mais atenta dos diversos artigos publicados em *O Sexo Feminino* revela que suas reivindicações quanto à capacidade intelectual feminina, assim como com relação ao trabalho, eram corporificadas no acesso à ciência.

O tema *Ciência* parece compreender muitas coisas distintas – instrução, conhecimentos, posturas, planos de reordenamento social, que encarnam no conjunto valores como progresso, racionalidade, modernidade, vistos como fundamentais para a construção de um país civilizado. Nesse contexto, a mentalidade científica significava a valorização das capacidades individuais em oposição aos privilégios de nascimento. O poder baseado em parentes ou na riqueza passa a subordinar-se ao mérito dos indivíduos, decorrente principalmente de aptidões intelectuais.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma cultura científica era atitude política, uma forma de fazer com que o país apressasse a marcha do progresso de forma a tomar parte da história universal. Mas, não é toda e qualquer ciência que encarna esses ideais. De acordo com *O Sexo Feminino*, há uma “ciência dos homens”, que deveria ser suplantada por uma outra, mais universal, fraternal, útil e promissora. A ciência dos homens caracterizada como aristocrática, elitista, despreocupada com o bem-estar social, perpetua a inferioridade da mulher. O jornal parece ressoar aqui a crítica à ciência togada, essencialmente livresca e vinculada aos arranjos de títulos imperiais,⁸⁹ dos bacharéis de direito e dos médicos. Reage, sobretudo, ao discurso médico que distorcia a figura da mulher como

⁸⁸ *O Sexo Feminino*, 01 de janeiro de 1874, n. 18; p. 02.

⁸⁹ Em arena como a dos militares e engenheiros era mais visível e tensa essa oposição aos bacharéis.

fisiologicamente debilitada, excluindo-a e justificando sua falta de acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

(...) há um reduto onde traiçoeiro reside o inimigo que procuramos combater; esse reduto chama-se – a ignorância da mulher; esse forte que urge metralhar é definido pela ciência dos homens.⁹⁰

O jornal trata essa ciência dos homens como sendo uma ciência retrógrada, estacionário, que ia de encontro a sua própria função de progresso. Uma ciência segregacionista, masculina, *propriedade de poucos aristocratas da inteligência*, não tinha valor e, nesse sentido, exercia função contrária à sua natureza, que era justamente a de aproximação, unificação intelectual e material. A outra ciência – não somente reservada às mulheres, mas a todos – seria mais prática, mais objetiva e sobretudo mais aberta à inclusão de novos agentes considerados por suas próprias capacidades. Daí a importância da instrução pública, e da difusão da nova mentalidade, vista como mais científica.

Em nome de uma sociedade mais unida e fraterna, *O Sexo Feminino* propunha a difusão do conhecimento científico, ao menos elementarmente. “A educação é um adorno desde os mais ricos palácios até a mais humilde choupana de um paupérrimo camponês.”⁹¹ Assim, comungava com a idéia da extensão dos saberes elementares para toda a população: acontecimento partícipe do processo de modernidade. A difusão da ciência seria uma forma de unir homens e mulheres, sábios e ignorantes.

⁹⁰ *O Sexo Feminino*, 21 de setembro de 1873, n. 03; p. 01.

⁹¹ *O Sexo Feminino*, 04 de outubro de 1873, n. 05; p. 02.

Se todos compreendessem a utilidade da instrução da mulher entre nós, (...) a ciência não formaria sem dúvida uma espécie de aristocracia da inteligência, e o homem, que, logo na infância, não encontra outro guia senão sua mãe, se tornaria mais apto, para o desenvolvimento na viagem, que, neste mundo, faz do seu nascimento ao túmulo. Então veríamos a sociedade mais unida pelo laço da igualdade intelectual e dissipada mais ou menos certa repulsão que existe entre o sábio e o ignorante, pelo acanhamento orgulhoso deste e desenvolvimento fraternal daquele.⁹²

A popularização da ciência através de jornais e revistas, tem seu auge neste último quartel do século XIX em países como França e Inglaterra (Bensaude-Vicente:1997). *O Sexo Feminino* buscava estar, e se mostrar, em sintonia com o resto do mundo, por exemplo através de correspondência com o editor do jornal *O Novo Mundo*, produzido em Nova York pelo brasileiro José Carlos Rodrigues, de 1870 a 1879. Escrito em português e voltado para os brasileiros que estudavam nos Estados Unidos, *O Novo Mundo* e sua política de troca com outros jornais brasileiros, foi o responsável por fazer com que *O Sexo Feminino*, fosse levado, mesmo que em pequeno número, para aquele continente, estabelecendo uma rede de sociabilidade de idéias e discussões comuns.

Mas a popularização não é unicamente nem principalmente dada pela transmissão de informações científicas, mas antes pela difusão da autoridade da ciência como perspectiva promotora de harmonia social, veículo de regeneração moral. O principal é a legitimação de seu papel modernizante e civilizatório. Assim, *O Sexo Feminino*, em suas referências a nomes e saberes, não se preocupa em fazer distinção entre literatos humanistas e cientistas. Apenas se insiste no poder libertador da postura científica, mais objetiva e racional.

⁹² *O Sexo Feminino*, 09 de maio de 1874, n. 33; p. 03.

Em sua convocação à participação de novos agentes, *O Sexo Feminino* reserva às mulheres contribuição especial. O jornal não apenas reivindica para a mulher a propriedade da razão e parte ativa na ciência, defendendo a equivalência de suas virtudes intelectuais, mas aponta características que lhes conferem vantagens extras.

Temos toda a certeza de que os homens sobretudo sabem que as mulheres têm a necessária capacidade intelectual para aprender todas as ciências que se lhes queiram ensinar e que, mais do que eles, têm a precisa paciência para estudos superiores como o sejam: os da física, da farmácia, da medicina e de outras disciplinas, cuja ciência, ao menos elementarmente, é de indeclinável necessidade para a vida, crescimento e desenvolvimento do ente racional para que possa atingir o grau de perfectibilidade que lhe destinou o Criador.⁹³

Arquitetado no sentido de convencer que a mulher detinha capacidades cognitivas tanto quanto, ou até superiores às dos homens, *O Sexo Feminino* associava à mulher, complementarmente, características como: persistência, paciência e dedicação.

Bom é que os homens vão aprendendo com as lições da experiência (...) que elas (as mulheres) tem um cérebro igual ao do sexo contrário e que, às vezes, é ainda mais perfeito e completo para receber a ciência.⁹⁴

Como *O Sexo Feminino* constata que a inferioridade feminina advém unicamente de sua educação ou, antes, da falta dela, propõe que se ofereça às meninas idênticas oportunidades de formação intelectual que as existentes para os

⁹³ *O Sexo Feminino*, 07 de janeiro de 1874, n. 18; p. 02.

⁹⁴ *O Sexo Feminino*. 28 de janeiro de 1874, n. 20; p. 04.

meninos e, entendendo a ciência como importante domínio intelectual, que seja igualmente acessível a ambos os sexos. Aumentar o conhecimento e estimular a moralidade eram vistos como dois aspectos interdependentes da educação. Com esse estreito saber entre conhecimento e virtude, e que, dissociado do verdadeiro objetivo, quer seja, melhorar a humanidade e desenvolver a virtude, o conhecimento não tem o menor valor. A observância dos deveres morais apresenta centralidade na educação, assim como o objetivo e propósito do ensino de tornar as pessoas melhores e membros mais úteis á sociedade.

Vale a pena ressaltar que a ciência moralizante, engrenagem de ordenamento social, não é concebida como algo divergente da religião. A configuração da religião como bálsamo da ciência está presente em diversas passagens do jornal que, em sua constituição, pretende fazer-se veículo propagador de uma ciência virtuosa, de uma racionalidade que tenha como princípio fundante a moralidade. A vinculação dessa ciência virtuosa com a religião parece-nos, entretanto, especialmente intrincada.

O jornal afirma partir do princípio de que não há saber maior e mais importante que o saber divino, e parece acreditar que, aproximando-se da sabedoria oriunda da religião, o ser humano estaria no caminho do conhecimento. *O Sexo Feminino* se opunha, assim, à desvinculação de ambas e buscava dissolver a crítica conservadora que via no progresso da ciência um passo para a irreligião. Além disso, é latente sua preocupação com os estragos que uma ciência que não estivesse em sintonia com idéias moralizantes poderia causar.

Embora o jornal cite a asserção de Francis Bacon, que “a religião é o preservativo contra a corrupção da ciência”⁹⁵, parece-nos que a perspectiva do jornal se aproxima mais do positivismo comtiano. Bacon estava tentando separar ciência da

⁹⁵ *O Sexo Feminino*, 12 de março de 1874, n. 25; p. 03.

religião, como forma de conhecimentos que, ainda que convergentes ao final, não deveriam ser confundidas, pois tinham métodos, objetos, e estilos distintos. Na perspectiva positivista, no entanto, a verdadeira ciência é como uma nova religião. É dela que podemos esperar o amor, a ordenação e progresso da humanidade. Embora o jornal seja publicado no contexto hegemonicamente católico, não há maiores referências à igreja católica ou seus rituais e sua ação social. “É a ciência e não a espada que incumbe decidir as mais implicadas desavenças humanas”,⁹⁶ dizia o jornal. Bem conduzida, a ciência poderia servir como instrumento, inclusive, para humanizar pessoas corrompidas pela perversão.

No jornal os cientistas aparecem ora como portadores de uma divindade compartilhada, ora aparecem como meros homens que não devem ousar querer assemelhar-se a Deus.

Quanto as obras primas dos homens são grosseiras comparadas com as da natureza! Essa multidão de descobertas admiráveis que fazem cotidianamente nossos sábios na *química*, na *física*, nas *ciências naturais*, não lhes ensinarão jamais a criar um *mosquito*, um ramo de erva, uma *mosca*.⁹⁷

O que em princípio pode parecer um paradoxo, faz coro com o propósito de reforçar a valorização, senão restrição, de um conhecimento demarcadamente moralizante.

Associando religião e progresso científico, objetivava assegurar à pessoa humana a posse de si mesma. Todavia, tal autonomia não pode ser confundida com uma ampliação de comportamentos toleráveis; ao contrário, tal associação – ciência e

⁹⁶ *O Sexo Feminino*, 14 de setembro de 1873, n. 02; p. 01.

⁹⁷ *O Sexo Feminino*, 20 de setembro de 1873, n. 03; p. 04.

religião – seria uma combinação que permitiria uma dupla finalidade: o progresso material e intelectual da humanidade, oportunizado pelo primeiro e, não menos importante, garantiria eficazes dispositivos de regulação social, passando pelo rigoroso crivo da religião.

A Igreja e a escola são duas antíteses, são duas doutrinas, dois elementos de perfeição moral que se completam.

A instrução é o complemento da religião. Quanto mais iluminada for a inteligência do homem, mais fácil lhe será a compreensão do Ente Superior e das sublimes maravilhas com que a natureza escreve e exalta o seu nome.⁹⁸

Considerações finais

Tendo visto o posicionamento do jornal frente a questões políticas, culturais e educacionais, lançando-se como órgão civilizador, em oposição à barbárie da pena de morte, da manutenção da escravidão, bem como de sua luta pelo acesso ao saber, da maior representatividade política e social da mulher, podemos considerar que *O Sexo Feminino* utilizava-se de estratégias discursivas, voltadas para a defesa da causa feminina, articuladas a outras mais amplas. A mulher instrumentalizaria a ampliação de seu campo de atuação na sociedade por meio de atitudes de maior responsabilidade social, reiteradas por *O Sexo Feminino*.

Em detrimento do padrão historicamente produzido, no que se refere à formação e educação da mulher, identificada a um ideário monolítico de reclusão domiciliar, percebemos em *O Sexo Feminino* diferenciações e variações em torno dessa norma. Através da valorização da mulher no desempenho do papel materno e no reconhecimento de sua intervenção moralizadora no seio da sociedade, a mulher

⁹⁸ *O Sexo Feminino*, 13 de junho de 1874, n. 35; p.04.

reivindicava para si, através da imprensa, a conquista de uma centralidade que desconhecia até então. Esse discurso de promoção da mulher teria sido o “pontapé inicial” para posteriores conquistas de espaços até então exclusivamente destinados ao sexo masculino. Para além da afirmação de um novo perfil no interior da família, suas reivindicações foram se complexificando em sua progressiva inserção pública, transformando-se em luta política pela conquista de sua cidadania, transpondo o espaço da casa, pleiteando outros, como as instituições de ensino superior e os espaços profissionais.

PROTAGONISMO FEMININO NA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Resumo: Tendo como fonte de análise o jornal *O Sexo Feminino* (1873-74), objetiva-se, em uma perspectiva histórica, dar centralidade à atuação da mulher no processo de feminização do magistério. Em nome da emancipação social da mulher, *O Sexo Feminino* propalava seu acesso à instrução, assim como ao trabalho, dando destaque ao que entendia ser uma função com perfeita adequação ao universo da mulher: o magistério do ensino elementar. Nesse processo, observamos uma simbiose entre o ser professora e o ser mulher.

Palavras-chave: Imprensa Feminina; *O Sexo Feminino*; Feminização do Magistério; Formação Docente.

Incentivado pelos ares de progresso e ilustração, que vinham soprando sobre a sociedade da década de 1870, vinha a público, em 7 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, Minas Gerais, *O Sexo Feminino*. Em meio ao aparecimento de uma atuante imprensa nos Oitocentos, constituir-se-ia em um dos primeiros jornais brasileiros com mente, mãos e direção femininas, com o objetivo de questionar o papel destinado à mulher na sociedade, contendo textos de reflexão, denúncia e crítica sobre sua posição social.⁹⁹ Sua apresentação – *Semanário dedicado aos interesses da mulher* – é indicativa de uma marca progressista, emprestada da proprietária e redatora principal, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que compartilhava suas tarefas de esposa, mãe de família, professora

⁹⁹ Antes de *O Sexo Feminino*, dois jornais haviam sido publicados por mulheres: *Jornal das Senhoras*, fundado por Joana Paulo Manso de Noronha, em 1852 e o *Bello Sexo*, escrito por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, em 1862.

normalista, com as lides da imprensa. Foram quarenta e cinco números editados semanalmente, sem interrupções, no interregno de 7 de setembro de 1873 até a mesma data do ano seguinte. Após esse período, *O Sexo Feminino* transfere-se para terras fluminenses, sendo editado de 1875 até o ano de 1877, retomando sua publicação na década seguinte, de 1887 a 1889 e, com a República proclamada, em um maior engajamento político, edita quinzenalmente *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, sempre demonstrando espírito comprometido com os interesses femininos.¹⁰⁰

Em um renovado apelo à ampliação do campo de atuação da mulher na sociedade, D. Francisca Senhorinha resumia na expressão *emancipação feminina* suas reivindicações, delimitando problemas, apontando caminhos. Entre o jornalismo e a docência, via no acesso da mulher à instrução e à educação a garantia de alternativas legítimas para sua inserção no espaço público.

O magistério era uma possibilidade para a atuação feminina enfatizada pelo jornal. Além de ocupar os espaços da sala de aula, como aluna, a mulher poderia e deveria responsabilizar-se pelo papel de transmissora da instrução. Ou antes, a mulher, a quem a sociedade até então negava o direito ao ensino, passaria a ser a responsável pela instrução e educação feminina e também masculina. Se, por um lado, a instrução feminina acarretaria o domínio de conhecimentos necessários à mulher, por outro lado, proporcionaria instrumental para sua inserção no universo do trabalho, sobretudo no magistério.

Atravessa, aqui e ali, nas páginas de *O Sexo Feminino*, uma nítida conexão entre uma representação feminina atrelada a uma representação de docência. A representação da mulher, trazida pelo jornal por meio de uma imagem-discurso, visava à formação de um modelo de feminilidade, em estreito vínculo com um

¹⁰⁰ Paralelamente à publicação de *O Sexo Feminino*, Senhorinha participou da feitura de outros periódicos (*Estação, Primavera, A Voz da Verdade*), conforme informações de Sacramento Blake, em seu Dicionário Bibliográfico, de 1893, contemporâneo à Senhorinha, portanto.

ideal de professora, retratando o magistério como uma profissão talhada para o sexo feminino. Entre o realizado e o idealizado, imaginava-se haver uma barreira plenamente transponível, à medida que a mulher incorporasse sua responsabilidade pelo aprimoramento social. Estabelecia, notoriamente, sua formulação discursiva voltada para o coletivo, que se percebia em tempos distintos: o do seu presente – demarcado por uma realidade de denúncia da exploração sexista; e o do futuro – programado, idealizado. Contudo, o que vai-se evidenciando na leitura do jornal são argumentações e perspectivas que contextualizam uma realidade difusa, não-linear e caracteristicamente conformada por gradações diversas, refletidas tanto na percepção do feminino, quanto na do magistério.

O *Sexo Feminino*, apesar de não se estabelecer em uma imprensa educacional, ou seja, não ser um periódico destinado exclusivamente aos professores e professoras, possui um estreito vínculo com seu entorno educacional. Francisca Senhorinha, além de professora da escola prática, anexa à Escola Normal de Campanha¹⁰¹, era casada com o advogado Dr. José Joaquim da Silva Diniz, redator do jornal *O Monarchista*,¹⁰² de Campanha, também professor de Pedagogia da escola normal, onde estudavam as duas filhas do casal, Albertina e Amélia Diniz que, por sua vez, eram colaboradoras de *O Sexo Feminino*. O estreito vínculo entre essa imprensa e o espaço oficial de formação docente constitui-se em elemento de análise das questões educacionais discutidas no

¹⁰¹ A Escola Normal da cidade de Campanha – espaço institucionalmente pensado para a formação de professores(as) – foi a segunda na província mineira, sendo criada em 1871, precedida pela Escola Normal de Ouro Preto, de 1835, uma das primeiras do império, como discutido adiante neste trabalho.

¹⁰² O *Sexo Feminino* utilizava-se da tipografia de *O Monarchista*, de propriedade do marido de Senhorinha, fato que, certamente, contribuiu muito para sua criação e publicação semanal por doze meses ininterruptos.

período, lidas por intermédio do discurso veiculado pelo jornal e da ressonância de temáticas debatidas dentro e fora do âmbito escolar.¹⁰³

Este artigo procura explicitar a construção de uma imagem-discurso de *O Sexo Feminino*, que tenta empreender forças em favor da passagem da mãe-educadora para a educadora profissional, que deveria ser habilitada, preparada para assumir uma função pública, construindo sua argumentação tendenciando à naturalização dessa mudança. Incorporando, reproduzindo e produzindo imagens-discurso da mulher como formadora das novas gerações, *O Sexo Feminino* justificava e legitimava sua incorporação no trabalho docente, em um momento em que a presença feminina seja como aluna, seja como professora, era incipiente.

A imprensa como lócus de construção da docência

Ao longo dos Oitocentos, a imprensa periódica vai conquistando gradativa relevância em âmbito imperial, ao passo que a construção de um sistema público de instrução não passava de uma vultosa promessa, aguardada com ansiedade. Assim, vemos em *O Sexo Feminino*, como microcosmo social, a possibilidade de captação, divulgação e transformação de acontecimentos, idéias, opiniões acerca de sua atualidade educacional. Seu aspecto educacional – no que diz respeito a discussões educativas *stricto sensu* e como veículo educativo mais amplo – ganha relevo se atentarmos para o fato de que as modalidades informais de educação devem ser valorizadas como importantes espaços de constituição da história da educação, destacadamente se o período em questão for o século XIX. (PALLARES-BURKE – 1998).

Importa salientar que o escritor/escritora em uma determinada sociedade, não é apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, o que inegavelmente lhe

¹⁰³ Cabe ressaltar que a trajetória de Francisca Senhorinha no magistério ultrapassava a atuação na Escola Normal de Campanha, tendo trabalhado em Uberaba/MG., desde 1854, assim como nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. No ano de 1889, também inaugurava, auxiliada pelas filhas, o Colégio Santa Isabel, para meninas, no Rio de Janeiro.

possibilita uma visibilidade diferencial na sociedade, mas que, antes disso, representa alguém que ocupa uma posição relativa ao seu grupo de diálogo e, como tal, corresponde a certas expectativas de seus leitores e leitoras. Essa representatividade nos é lembrada por NÓVOA (1997:13). Em seus dizeres.

(...) a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polêmicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura.¹⁰⁴

Em uma clara demonstração de que entre a simbologia e a realidade existem interstícios a serem preenchidos e um estreito espaço a ser interpretado, o jornal, como instrumento de uma imbricada relação entre teoria e prática, demonstra como o ideário de docência é confrontado com a retratação da vivência cotidiana dos docentes. Por constituir-se em um espaço de reflexão muito próximo ao acontecimento, permite-nos acompanhar, para além dos aspectos referentes à representação docente, demandas e embates que influenciam na constituição de uma determinada mentalidade e perfil professoral.

Em seu traço ideológico-discursivo, *O Sexo Feminino* constitui-se como um árduo defensor do aperfeiçoamento do ensino. E, aproveitando-se do contexto de destacada valorização educacional, a formação docente aparece como salvaguarda indispensável. Discutia a melhor forma de se preparar os professores e professoras para a importante função de instruir e, fundamentalmente, educar as futuras gerações.

¹⁰⁴ NÓVOA, Antônio. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do *repertório* português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

A leitura do jornal nos proporciona um pequeno e também interessante universo retratado por personagens diariamente envolvidos com a prática do ensinar, mas um universo disperso, com posicionamentos diversos frente às mais diferentes temáticas que envolviam sua prática profissional. *O Sexo Feminino*, que também funcionava como um mecanismo de troca de opiniões entre iguais, reforçava o incipiente espírito de cooperação e identidade entre os professores, em um processo de constituição de classe. Através dele, discutia-se sobre os indispensáveis mecanismos para o melhoramento do ensino, incluindo aspectos relativos à atuação do professor e da professora. É evidente a importância que os professores se auto-atribuíam, como elemento reforçador de sua licença para livre atuação, aspecto indispensável em uma função específica, no tornar-se profissional.

É uma difícil e melindrosa missão a do professor primário: o menor descuido, o erro mais leve na educação moral das crianças tem quase sempre graves e funestas conseqüências¹⁰⁵.

Considerando que nos Oitocentos a educação não se confundia com a escola, como nos lembra Pallares-Burke (1995), não podemos perder de vista que o discurso educacional, por sua vez, não se restringia aos mestres de profissão. Dissipando-se o título de educadores a intelectuais os mais diversos, a educação e instrução são retratadas como temáticas que competiam a romancistas, políticos, médicos, que se consideravam autorizados à tarefa de educar o público-leitor. A confluência de discursos diversos, em nome do aperfeiçoamento da instrução, pode ser melhor compreendida se nos ativermos ao fato de que tínhamos no Brasil dos oitocentos, um pequeno número de intelectuais. Ao lado dessa *dissipação* do discurso educacional, os professores e professoras buscavam demarcar e legitimar um discurso próprio, utilizando-se do jornal, focalizando o aspecto de sua atuação como marcadamente profissionalizada.

¹⁰⁵ *O Sexo Feminino*, 20 de Janeiro de 1874, p. 03; n. 19.

Obviamente que tal discurso assentava-se na confluência daqueles outros. O *Sexo Feminino* utilizava-se de um espaço não-escolar para reforçar a importância da escola e a de quem nela trabalhasse.

O axioma do Brasil como o *país do futuro*, revigorado em nossa sociedade, na atualidade, é um elemento constante na retórica do jornal, sobretudo quando se refere ao futuro do magistério. No intento de se constituir um corpo docente coeso e em consonância com uma formação centralizada, a imprensa apresenta-se como importante espaço auxiliador no desígnio de constituição do professorado. Com um discurso que clamava a leitura dos periódicos aos docentes, assim como a toda a população, pretendia-se difundir o meio impresso como espaço de troca, aprendizagem e preparação contínua.

Com expressões que impactavam no sentido da identificação: *Marchemos...! Avante na estrada do bem! (...) na mesma estrada andamos! (...) a pena seja nossa arma!...*, sua redatora utilizava-se da linguagem jornalística para além do ato de relatar ou de descrever. Identificamos assim uma Francisca Senhorinha patriota e ufanista, disposta à batalha do convencimento, da persuasão. Seu acentuado tom de evocação, de sensibilização, intencionava orientar a sociedade por onde circulasse. Pode-se dizer que o jornal, em si, objetivava constituir-se como uma espécie de guia pedagógico.¹⁰⁶

O *Sexo feminino* trazia, periodicamente, na coluna *Noticiário*, informações sobre periódicos que considerava serem ilustrados, ou seja, condizentes com o propósito de propagação de uma pedagogia progressista, assim como manuais pedagógicos recomendados ao professorado. Apesar de não se tratar de uma imprensa estritamente pedagógica, o jornal fazia-se veículo constante das mais diversas questões referentes às condições da instrução, tanto pública quanto

¹⁰⁶ Tomo de empréstimo aqui, referência feita por Vera Casa Nova (1996), em seu trabalho sobre os almanaques de farmácia da primeira metade do século XX.

privada, pela província, pelo país e pelo mundo, reproduzindo trechos de regulamentos de ensino, artigos considerados do interesse do professorado, assim como apresentava, com freqüência, estatísticas educacionais. Em forma de números, procurava retratar uma realidade precária do ensino, mas que, por outro lado, como adepto da positividade do período, demonstrava uma preocupação em ressaltar os avanços alcançados na instrução, sobretudo se esses avanços diziam respeito à inserção feminina no magistério.

Apropriando-nos de caracterização feita por Dulcília Buitoni (1981), em seu trabalho *Mulheres de Papel*, onde identifica a prevalência, no século XIX, de uma imprensa periódica feminina mais opinativa, afeita à defesa de idéias e posições, em detrimento de uma imprensa informativa, noticiosa, podemos dizer que tal traço aplica-se a *O Sexo Feminino*. Contudo, seu viés combativo era flexibilizado pelo acompanhamento constante da rotina da instrução, sobretudo do Sul de Minas.¹⁰⁷

Como guia que pretendia ser, *O Sexo Feminino* recomendava a seus leitores e leitoras jornais que considerava serem ilustrados, assim como materiais didáticos, conferências literárias e científicas proferidas por ilustres intelectuais, salientando a importância da atualização dos professores e professoras através da leitura. Reconhecendo as dificuldades de aquisição de tais materiais, a redação do jornal propunha-se como veículo facilitador de seu acesso, intermediando assinaturas e compras. Analisando a listagem dos materiais pedagógicos recomendados, percebemos uma estreita ligação com algumas instituições educacionais específicas.

¹⁰⁷ No rastro dos costumes advindos de outras sociedades, explicita-se uma vontade de se abrir para realidades distintas. A troca com jornais estrangeiros – *Novo Mundo*, de Nova York e *El Telegrama*, de Madrid – é demonstrador de tal intento.

Parte do universo da Escola Normal da cidade de Campanha - espaço institucionalizado para a formação docente - é projetado dentro do jornal. O vínculo da redatora com essa escola facilitou a retratação, via imprensa, de seu cotidiano, noticiando seu programa, dias de exame, calendário, mantendo até mesmo uma coluna exclusiva, em que, por algum tempo, propunha questões diversas às normalistas, procurando sempre enaltecer tal instituição, no intento de manter sua conceituação e boa frequência.¹⁰⁸

Nos idos de 1870, contexto favorável à ampliação dos espaços de formação do magistério, presenciou-se a reabertura da Escola Normal de Ouro Preto¹⁰⁹, concomitantemente à criação da Escola Normal de Campanha. Apesar de a escola da capital da província – que existia desde 1835, como uma das primeiras instituições de formação docente no Império – até aquele momento, não se haver consolidado como instituição–modelo para a formação docente em Minas, seria de se esperar que tal instituição tivesse maior presença no jornal.¹¹⁰ Em quase cinqüenta números publicados do jornal, a Escola Normal de Ouro Preto, ao contrário de outras instituições brasileiras e estrangeiras, aparece em poucas passagens e, quando aparece, não por acaso, evidenciam-se conflitos entre as duas escolas. *O Sexo Feminino*, que se proclamava como veículo divulgador do cotidiano da Escola Normal de Campanha, refere-se à escola de Ouro Preto em

¹⁰⁸ *O Sexo Feminino*, 11 de abril de 1874, n. 28; p. 03.

¹⁰⁹ Prevista legalmente em 1835, a Escola Normal de Ouro Preto presenciaria, até a década de 1870, demarcada inconstância, entre aberturas e fechamentos. Teria funcionamento irregular, cobrindo os períodos de 1840/1842 e de 1846/1852, sendo restabelecida somente em 1872. Sobre esse assunto, conferir GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A construção de um projeto de formação de professores: as escolas normais mineiras no período Imperial. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; et. all. (org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 260-264.

¹¹⁰ No final da década, em 1879, além das duas escolas normais existentes – Ouro Preto e Campanha – houve a abertura de outras três escolas – Diamantina, Paracatu e Montes Claros. E, para atender à demanda da formação docente em outras cidades mineiras, foram criadas, no ano de 1884, as escolas normais de Uberaba, Sabará, Juiz de Fora e São João del'Rey, totalizando então nove escolas em funcionamento na província. Conferir ROSA, Walquíria; GOUVÊA, Maria Cristina, (2000).

circunstância em que respondia a uma matéria publicada no jornal *Diário de Minas*, n. 149, de Ouro Preto, em que um professor da escola normal da capital opunha-se à resolução dada pela redação de *O Sexo Feminino* a uma questão gramatical proposta pelo jornal. Tal episódio renderia algumas matérias no jornal, onde se percebe uma clara intenção em se travar um embate intelectual entre as instituições de formação de Campanha e de Ouro Preto.¹¹¹

Se a capital da província não servia como referência educacional, as escolas de formação de professores do restante do Império tinham presença constante. No que tange às referências institucionais, uma delas nos chama atenção: a *Escola do Povo*, da Corte, dirigida por Miguel Vieira Ferreira, Francisco Rangel Pestana, Henrique de Abreu e José Nápoles Telles de Menezes. Seus fundadores, importantes defensores da pedagogia republicana, consolidariam-se como importantes expoentes educacionais em períodos posteriores. Ao que nos parece, a *Escola do Povo* era uma instituição pensada, como o próprio nome indicia, para alcançar o maior número possível de pessoas, funcionando em forma de conferências abertas, ministradas por seus professores-fundadores e também por convidados. Fundada em agosto de 1873 – um mês antes de *O Sexo Feminino*, portanto, – funcionava na forma de cursos livres semanais, contendo em sua grade matérias tais como: literatura científica; direito natural e público; legislação comparada; religião comparada; economia política e estudos relativos à mulher;¹¹² e, explicitando viés republicano, a meta era promover uma universidade livre.

O vínculo de *O Sexo Feminino* com a *Escola do Povo* é mais um elemento que corrobora a idéia de que havia um movimento educativo no sentido da

¹¹¹ A falta de identificação da região sul com o restante da província mineira, que considerava seus vínculos com o poder circunscrito a Ouro Preto estritamente tributários, atravessou boa parte do período imperial. Sobre esse tema ver: VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Vol. II (1821/1909). Rio de Janeiro: Leuzinger, 1940, especialmente capítulo XVII – A Campanha e a idéia de uma nova província: “Minas do Sul”. p. 165/175.

¹¹² Segundo dados de Alfredo Valadão, 1947: 234.

vulgarização e da difusão do ensino a toda a população. Intencionando disseminar não só a instrução, como também, ou antes, a educação para toda a população, de todas as camadas sociais, objetivava-se a sintonia com ideais de civilidade, de ordenamento e autocontrole.

A educação é um adorno desde os mais ricos palácios até a mais humilde choupana de um paupérrimo camponês. ¹¹³

Formem-se as mães de família, que por seu turno vão erguer escolas e colégios, nos campos, nas vilas e nas cidades; que ensinem à mocidade de ambos os sexos os sãos princípios de uma *instrução moral e religiosa*, e a face da sociedade se há de mudar. ¹¹⁴

Em detrimento da presença esparsa do *campo* e da *roça* no jornal, o que merece maior atenção da redatora é a plenitude dos processos socialmente inovadores da Corte. Legislando em causa própria, talvez já articulando uma possível transferência de praça, que se concretizaria no ano seguinte ao último número de *O Sexo Feminino* editado em terras mineiras (7 de setembro de 1874), ¹¹⁵ fomentava, em nome da homogeneidade da instrução imperial, a possibilidade de uma unificação ou padronização dos exames destinados à atuação do professorado que, desde o Ato Adicional de 1834, acontecia de forma descentralizada, sendo de responsabilidade de cada uma das províncias.

Os professores, supõe-se que tanto sabem os de um como os de outro lugar: logo devem os títulos de habilitação de um lugar servir

¹¹³ *O Sexo Feminino*, 04 de Outubro de 1873, p. 02; n. 05.

¹¹⁴ *O Sexo Feminino*, 14 de Setembro de 1873, p. 01; n. 02.

¹¹⁵ Como mencionado anteriormente, *O Sexo Feminino* é reeditado na cidade do Rio de Janeiro, em 1875, dando início a uma fecunda publicação na imprensa carioca.

em qualquer outro, mesmo porque o Brasil todo é de todos os brasileiros.¹¹⁶

Não por acaso, o jornal era enviado, com freqüência, ao Sr. Conselheiro Dr. Manoel Francisco Corrêa, que acumulava as prerrogativas de ex-ministro do estrangeiro, então Presidente da Câmara dos Deputados e também diretor da recém-criada Escola Normal da Corte. Também o Ministro do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, tido como homem de “tenaz vontade, firmeza de caráter e inequívoco amor à pátria,”¹¹⁷ recebia o jornal, provavelmente com o empenho pessoal de Senhorinha, que os considerava como representantes empenhados em “melhorar a sorte desafortunada dos professores das escolas primárias e com especialidade a das professoras delas(...)”¹¹⁸

A formação do professorado ganha centralidade e fôlego, validando-se, inclusive, no que tangia a aspectos legislativos. Se, do ponto de vista discursivo, construía-se a crença na necessidade formativa da professora, no aspecto da profissionalização em curso, pretendia-se cobrar dos legisladores melhores condições de trabalho. Além de salientar a importância do estudo contínuo como condição para um bom desempenho da profissão, o jornal era utilizado como mecanismo a partir do qual podia-se reforçar a importância da oferta das condições para tal.

Pois bem, legisladores, sabeis que da civilização do povo é que nasce todo o progresso de uma nação, não deveis sequer por um momento esquecer-vos de que o missionário que mais vos convém é a mulher, sobretudo no magistério, e na educação da mocidade; mas

¹¹⁶ *O Sexo Feminino*, 18 de Julho de 1874, p. 03; n. 39.

¹¹⁷ *O Sexo Feminino*, 18 de Julho de 1874, p. 03; n. 39.

¹¹⁸ *O Sexo Feminino*, 18 de Julho de 1874, p. 03; n. 39.

para isto é mister que ela seja educada e instruída como o deve ser e muitas vezes o havemos indicado.¹¹⁹

O Sexo Feminino quer que também a lei faculte os meios de instruir-se, ministrando-lhe como que possa viver independente e utilmente para a sociedade.¹²⁰

Reivindicações como esta se fazem constantes no jornal. Nesse sentido, *O Sexo Feminino* pode ser interpretado como instrumento constituinte de um perfil docente, cobrando dos professores uma atitude progressista de estudo contínuo, ao passo que se coloca como mediador no ordenamento legislativo, requerendo, também, condições legais para a formação do professorado. Esse elemento reivindicativo frente ao Estado é entendido como constitutivo de um embrionário processo de profissionalização docente, vivenciados pelos professores e professoras na década de 1870, acentuado em períodos posteriores.

A construção idealizada da docência associada à construção da mulher

É tempo de darmos o grito de nossa independência, de nossa emancipação do jugo ferrenho em que temos até agora vivido, proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos públicos, e *muito principalmente para o magistério* onde daremos à mocidade de ambos os sexos educação e instrução; e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e à sociedade que ensinaremos a juventude senão com *mais proficiência que os preceptores*, ao menos com *mais constância*,

¹¹⁹ *O Sexo Feminino*, 02 de maio de 1874, p. 02; n. 31.

¹²⁰ *O Sexo Feminino*, 14 de janeiro de 1874, p. 02; n. 18.

paciência, resignação, bondade e ternura maternal, sentimentos estes que Deus não confiou ao sexo masculino.¹²¹ (grifos meus)

Constância, paciência, resignação, bondade e ternura – características para além de femininas, maternas – ultrapassariam a *proficiência* dos preceptores. A construção do jornal entrecruza uma percepção do feminino – sinônimo de materno – com uma definição da profissão docente e, ao lado dessa formulação, constrói uma percepção do masculino, com base no não ser/não ter, no que se refere ao magistério. A figura do professor carrasco, punitivo, vai ao encontro dessa percepção, como na passagem seguinte.

...com a co-educação dos sexos, conseguiremos o mesmo resultado e outros ainda mais vantajosos, com menos despesas, preferindo principalmente para esse gênero de escolas as *professoras*. É sabido quanto a mulher é carinhosa, quanto ela gosta de cumprir seus deveres e a moderação com que sabe ensinar.

Um ilustrado escritor disse – *que a escola mista regida pela mulher deixa de ser essa prisão sombria, cheia de horrores e castigos, a que a criança tem aversão; torna-se como que a continuação do lar doméstico, em que a irmã mais velha ensina a seus irmãos e irmãs menores.*

(...) Para a escola mista eu prefiro, em vez do professor, a *professora*, por motivos muito importantes. Em primeiro lugar, porque as professoras garantem mais os princípios de *moralidade*. Em segundo lugar, porque a *mulher pobre* no Brasil deixará de ser escrava ou criada, para, como nos Estados Unidos, seguir a profissão do magistério.¹²²(grifos meus)

¹²¹ O *Sexo Feminino*, 29 de Novembro de 1873. p. 02; n.13.

¹²² O artigo continua assim, evidenciando uma clara preocupação com a inserção feminina no universo do trabalho: *Os nobres colegas sabem que, quando acabou a guerra nos Estados Unidos, criaram-se ali 4 mil escolas, e imediatamente 4 mil mulheres se apresentaram para regê-las;*

Da moral, afeita à religião, a professora deveria fazer-se exemplar. Representante da positividade da época, no que se referia ao potencial progressista da educação, o discurso do jornal entendia que a mulher, incorporando ideais de civilidade, proporcionaria uma nova roupagem ao ensino, não tendo lugar antigos meios disciplinares, como o tradicional castigo físico. A mulher – sinônimo de cuidado e ternura – iria na contramão da figura do preceptor carrasco, punitivo, incompatível com propósitos de civilizar a população, incentivando seu autocontrole.

Igualmente incompatíveis com os propósitos iluministas de instrução, aparecia a figura dos mestres religiosos, rechaçados pelo jornal como inadequados ao magistério. Para esse grupo, as críticas circunscreviam-se basicamente em torno da falta de experiência de vida. Assim se posiciona sobre a questão:

Um dos maiores defeitos da educação do sexo é pô-la em mãos de pessoas que separadas do mundo, nenhuma idéia tem dele.

Pessoas votadas ao celibato, podem instruir uma menina nos deveres da vida conjugal?

Podem, desprovidas de experiência, premuni-la contra seduções e perigos que elas mesmas não devem conhecer?¹²³

A noção de experiência difundida pelo jornal irá preconizar, então, não um perfil assexuado de docência, como reiteradamente interpretado por alguns estudos sobre a inserção feminina no magistério. Aqui, antes que assexuada, a professora aparece como representante de uma moralidade, devendo contemplar, na

sabem ainda que em Nova York, como em quase toda a União, o número de professoras é extraordinariamente maior do que o dos professores. Além disso, (...) temos de garantir um futuro para a mulher; porque o homem, que por sua constituição pode suportar outros trabalhos, mais facilmente viverá. (O Sexo Feminino, 02 de maio de 1874, n. 31; p. 02 e 03). Cumpre notar que há, em O Sexo Feminino, um movimento em que o interesse pelo valor social atribuído à educação da mulher norte-americana parece impulsionar seu interesse pela forma com que aquele país enfrentava suas questões educacionais mais gerais.

¹²³ O Sexo Feminino, 23 de maio de 1874, p. 02; n. 33.

educação, os *deveres da vida conjugal*, o que pressupõe sua sexualidade controlada. O novo modelo de educação laica, do qual *O Sexo Feminino* era portador, apresentava-se como ajustado ao universo feminino, além de construir o lugar da mulher no magistério, desqualificando seus concorrentes.

A mulher acompanhou, assim, a constituição da profissão, moldando-se de acordo com algumas características atribuídas ao seu sexo. A partir dessa constituição, houve mudanças significativas na educação, impulsionadas por sua nova agente difusora. O que se pode observar através das discussões referentes à co-educação. Com o magistério feminino, a co-educação passou a ser defendida, como sendo sinônimo de avanço educacional.

(...) há um mal preconceito em nosso país contra a co-educação dos sexos.

Teme-se que haja perigo na reunião dos dois sexos, na mesma escola, durante certas e determinadas horas do dia, sob a vigilância do professor ou professora! Estes escrúpulos, porém, desaparecerão com o tempo.¹²⁴

A preocupação com a sexualidade de alunos(as) e professores(as), que sempre esteve presente através da designação de que professores lecionassem para os meninos e professoras para as meninas, ganha novos contornos, com o progressivo afastamento masculino da profissão¹²⁵. Diante disso, revestir a mulher de moralidade fazia-se urgente. A *rua*, sinônimo de espaço público – com todos os seus riscos – passa a ser coberta por uma roupagem doméstica, aproximando a

¹²⁴ *O Sexo Feminino*, 02 de maio de 1874, p. 03; n. 31

¹²⁵ Apesar das constantes interpretações, encontradas em manuscritos do período, e reforçadas pela historiografia, de que a preocupação central com a co-educação dava-se pelo perigo em potencial de se ter em um mesmo espaço meninos e meninas, importa notar, para além desse aspecto, o fato de tal inovação representar uma igualdade de instrução ministrada para ambos os sexos, o que possivelmente tornaria a questão mais polêmica.

figura docente da irmã mais velha, bondosa, distante do velho mestre punitivo e de aspecto sombrio, como defendia o jornal.

A representação feminina, como percepção e como construção, vai sendo moldada ao pretense estabelecimento da *professora-modelo*. A idéia da aproximação do espaço escolar com o espaço doméstico age nesse sentido. Por outro lado, a tentativa de aproximação do ambiente escolar com o ambiente familiar não pode ser entendida como uma exclusiva construção proporcionada pela presença feminina no magistério. Em um contexto semelhante, o jornal *Monitor Sul-Mineiro*¹²⁶ expressava a mesma proximidade, agora se referindo à figura masculina, sobre a qual dizia:

A escola deve ser para o menino um segundo lar, onde a imagem do mestre lhe traga à lembrança a figura de um pai, e o ensino parece uma continuação da vida íntima da família, ao lado de irmãos que ouvem os mesmos conselhos, dados com solicitude igual.¹²⁷

Talvez a relação escola-família fosse uma constante e dissesse algo sobre o *como* ensinar, independentemente de se definir *quem* ensina. Todavia, com a progressiva entrada feminina no magistério, incorpora-se tal discurso como importante legitimador no intuito de minimizar o atrito entre a ocupação de espaços públicos e privados, em um processo que, anos mais tarde, sedimentaria o magistério como *trabalho de mulher*.

É problema resolvido, e hoje sem a menor contestação, que somente a mulher pode com vantagem educar a mocidade – e que uma tal educação assim bebida desde o berço é capaz de formar as boas ou

¹²⁶ Periódico publicado por Bernardo Saturnino da Veiga, na cidade de Campanha/MG.

¹²⁷ *Monitor Sul-Mineiro: semanário de Literatura, Indústria e Notícias*, Campanha, 11 de janeiro de 1874; n. 107; p. 03.

más inclinações do educando, que tal será qual for a educação que tiver tido.¹²⁸

Essa passagem é indiciária de um aspecto central no jornal: fazer-se porta-voz de uma verdadeira *revolução no ensino*, possibilitada pela fixação da mulher como professora. A instrução feminina, se, por um lado, acarretaria o domínio de conhecimentos necessários à mulher, por outro, proporcionaria instrumental para sua inserção no universo do trabalho e, sobretudo, no magistério. Cumpre lembrar que o discurso do jornal, que trazia de uma forma tão recorrente e, por sua vez, tão insistente e convincente a temática da mulher no magistério, é feito em um momento em que a instrução feminina começava a fazer-se uma realidade, ao passo que, no discurso, aparece como um *problema resolvido*. Segundo Magda Chamon (1996), embora se percebesse, já na década de 1870, um contínuo aumento no número de professoras no ensino elementar em Minas, a supremacia masculina era, ainda, evidente. A porcentagem de professores do sexo masculino, 77,4%, era bastante superior aos 22,6% de professoras no ensino elementar. Um aumento significativo de mulheres nas fileiras do magistério somente seria percebido nas primeiras décadas do século XX, quando os números se invertem, passando os homens a ocuparem, em 1913, 24,9% e as mulheres 75,1% de participação no ensino público.¹²⁹

No movimento de adequação feminina ao magistério, Senhorinha alcança níveis de radicalidade, quando, ao mesmo tempo em que reivindica, restringe a atuação somente à mulher. A *revolução do ensino* que se pretendia, quando propagado um novo quadro docente, é alicerçada na crítica à pouca preparação dos(as) professores(as).

¹²⁸ O *Sexo Feminino*, 27 de Setembro de 1873, p. 01; n. 04.

¹²⁹ CHAMON, Magda Lúcia. *Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830 – 1930)*. Tese, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1996:183.

Também gozamos das vantagens do moderno ensino livre - bem dizendo a necessidade e importância da obrigatoriedade da instrução primária elementar. (...) Se o pai pode ser legalmente compelido a alimentar o filho, a *fortiori* o deverá ser a prestar-lhe o alimento intelectual - o ensino.

(...) Pois bem - já que ninguém ousa pôr em dúvida a capacidade da mulher para educar - e visto que o próprio governo também, por seu turno, a considera apta para professora não somente de meninas, mas até mesmo de meninos, confiando-lhe a regência de tais escolas, fazendo destarte depositária de sua confiança oficial, é ocasião, é tempo oportuno para, do alto da imprensa, clamar e convencer tais professoras de que *não se contentem com a instrução suficiente para ensinar o ABC*; é necessário, é urgente que possuam a *maior soma possível de conhecimentos*, o que só conseguirão com *estudo profundo metodizado*.

Só poderá transmitir o ensino conveniente e vantajosamente a professora que tiver uma *inteligência cultivada, um espírito ilustrado, uma experiência amadurecida e uma idéia clara de pedagogia*.

Não basta saber uma matéria para que bem possa imitá-la; é preciso ver se possui o *dom de transmitir*.

Ensinar a ler mecânica muita gente o faz; ler e escrever material muitos sabem; porém, raro é aquele que faz racionalmente.

(...) O resultado grandioso que se deve esperar da instrução e educação transmitida pela mulher no magistério depende de *prepará-la previamente para esse honroso, mas difícil e árduo encargo de ensinar*.¹³⁰ (grifos meus).

Essa interessante passagem, transcrita do jornal, reúne algumas das principais construções em torno do ensino daquele período, como a obrigatoriedade do ensino e o magistério como vocação. Entretanto, ressalta-se, sobretudo, a necessidade do aprofundamento e desenvolvimento do ensino, que seriam

¹³⁰ O *Sexo Feminino*, 27 de Setembro de 1873, p. 01 e 02; n. 04.

alcançados por via do estudo contínuo para o professorado. Conclamava-se, então, a adequada formação docente, sendo ressaltados os aspectos didáticos, referentes à capacidade de transmissão de conhecimentos, reservando aos habilitados o direito à função docente, associando a profissão e seu bom desempenho a características como inteligência, experiência e clareza pedagógica.

A definição em torno do bom desempenho docente nos proporcionou um interessante diálogo ou, antes, uma querela entre professores nas páginas do jornal. Discordando quanto a interpretação de Francisca Senhorinha, em que esta defendia a responsabilidade docente pelos atos de seus alunos e alunas, um professor da escola pública da cidade de Lorena, interior de São Paulo, mandou uma carta para o jornal, na qual relatava:

Mas o professor...

Oh! O professor não!

Esse sacerdote d'um dos mais difíceis ministérios da vida, não é em nosso país o que queria ser, como lhe chama Víctor Hugo: ... o primeiro funcionário de uma nação.

No Brasil, e mormente nesta minha abençoada província – província do heroísmo, dos cometimentos, do progresso e da glória, o professor nada vale, nada merece!!!

É de admirar, mas é verdade.

Reduzido a triste condição de operário dependente, o mestre de meninos precisa de todos e ninguém carece dele!

Sujeito aos administradores gerais e provinciais, que se substituem a cada passo em pessoal, e opiniões, muitas vezes contraditórias; sujeito a inspetores gerais (lugar este que felizmente aqui tem sido ocupado por homens de ilustração); sujeito a Presidentes de

Câmaras Municipais e inspetores de distrito, alguns dos quais inaptos para o exercício de cargo, que ocupam em nome da *política!*

Sujeito a tudo e a todos, regido por um regulamento severo, o professor não pode ter aquela independência precisa, e por isso é irresponsável pela degeneração dos costumes, pela prática de alunos.

Seriam necessárias muitas folhas de papel para descrever a posição acanhada que ocupa o professor na sociedade brasileira; mas isso não se faz preciso, pois que falo a uma colega ilustre, que se se vê rodeada de considerações em respeito à outros títulos que possui, além do de professora, compreende a condição humilde a que se acha reduzida a sua nobre classe.

(..) E a mesma professora da Campanha, que forma, com os Jacomes de Campos, Jardins, Vieiras, Hippólytos, Damascos e outros, o círculo luminoso da pedagogia, o orgulho da classe professoral, há de desculpar ao mais humilde dos professores, a ousadia de dirigir-lhe esta carta.

(...) Olympio Catão, Cidade de Lorena, 21 de abril de 1874.¹³¹

Nesse relato, que mais nos parece um desabafo, o professor reclama a falta de liberdade de atuação de sua categoria, entendendo-se como parte de uma dinâmica burocrática, regida por um severo controle que limitava sua autonomia, transferindo para instâncias administrativas os problemas decorrentes de sua função. Traz como resíduos preocupações referentes à intervenção do Estado na educação, reduzindo o professor “à triste condição de operário dependente”. Reflexo do progressivo controle do Estado na atuação docente, que vinha-se intensificando desde a primeira metade do século XIX, sobretudo materializada

¹³¹ *O Sexo Feminino*, 06 de junho de 1874, p. 02 e 03; n. 34. Ressalta-se que foi feita a opção pela transcrição atualizada de alguns trechos do jornal. A transcrição de trechos - dentre eles alguns bastante extensos - justifica-se, senão para fins de interpretação, ao menos para propor uma leitura do discurso educacional nos seus próprios termos, em sua riqueza de detalhes.

pela formulação de um arcabouço jurídico, tanto no Império quanto nas províncias – constituindo a normalização legal uma das principais formas de intervenção estatal no serviço da instrução¹³² – o professor reclama da “condição humilde a que se acha reduzida a sua nobre classe”. Em um marcado posicionamento de classe, utilizava-se do espaço do jornal para, quem sabe, motivar e sensibilizar professoras e professores leitores para as causas reivindicativas de sua classe. O que parece não sensibilizar muito a redatora do jornal.

Contrapondo-se às ponderações de tal professor, Senhorinha transfere para dentro da classe os seus problemas principais onde, através da sensibilização pela importância da função, salienta elementos em defesa da necessária profissionalização docente, de seu aperfeiçoamento e concilia missão, vocação, com formação adequada, contínua. Essa interessante interlocução discursiva dos professores representa uma boa oportunidade para se ter uma noção da inserção dos sujeitos que pouco aparecem em outras fontes. Com seus discursos, ajudavam na confluência da profissão docente, perpassada por conflitos e controvérsias.

(...) Deixastes-vos cegar pelo espírito de classe!

Oh! Vós vos enganastes perfeitamente, quanto atribuístes aos *professores* em geral atributos e virtudes que muitos não têm, e nem almejam possuir.

Quem diz *professor*, na acepção genérica da palavra, diz *educador*, e o grande número de preceptores que se encontram nas diversas

¹³² Alcançando visibilidade legal, é a partir da Lei n. 13 de 28 de março de 1835, que intensificou-se a preocupação com a formação docente na província mineira. Essa lei – primeira voltada para a organização da instrução pública na província – estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras, assim como a formação adequada a quem nelas ensinasse. Para isso, seu artigo n. 07 previa a criação de uma Escola Normal na cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais. Sobre isto, conferir GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria de Miranda. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In: PEIXOTO, Ana Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs). *Lições de Minas, 70 anos de Secretaria da Educação*. Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. 2000 (Lições de Minas , 7), p. 19-31.

províncias deste nosso vasto império merecem o qualificativo de educadores?

Conhecem ou ao menos sequer tem eles noções do que quer dizer *pedagogia*? E como se impuseram a árdua e difícil tarefa de ensinar; e ensinam ignorando a definição da ciência do ensino?

Nenhuma injúria se lhes faz em dizer que eles só são *professores* em nome. (...) A experiência me tem ensinado, e eu tenho constantemente observado esta contristadora verdade. Professores há que nasceram, cresceram e fizeram-se *mestres* em uma época de escuridão – nunca, portanto, viram e nem podiam ter visto a *luz*.

Outros que posto houve nascido na época da escuridão, foram mestres no tempo da luz; estes maldizem esses tempos, lastimando que não tivessem quem os instruissem nos princípios da ciência, não da tal *ciência estacionária*, mas dessa que caminha sempre.¹³³

Há, porém, uma certa classe de professores que tendo nascido e crescido na época da luz, e tendo-se neste tempo feito *mestres*, são indiferentes ao progresso, tapam os olhos para não verem a luz, e até viram as costas para o sol.

Acompanham a rotina, nada querem inovar, passam o tempo, e no fim deste estendem a mão para receber o dinheiro dos cofres públicos, que os retribuem não pelo serviço que prestaram, mas pelo tempo que inutilmente encheram.

Estes tais não são professores, mas são usurpadores, ou meros ganhadores. Perguntai a estes pseudomestres que idéia fazem da pedagogia, qual a sua necessidade no ensino público ou privado, qual a sua utilidade – e eles estolidamente responderão: são novidades da época; nossos antigos mestres, que aliás eram sapientíssimos, nunca nos falaram nesse ramo de ciência; não há pois necessidade e nem utilidade da tal *pedagogia*.

¹³³ O *Sexo Feminino*, 27 de junho de 1874, p. 02; n. 37.

E é a tais refratários da ciência que se dá o honroso título de professor! E de que tanto se orgulham para fazer monopólio do ensino.

(...) Que luzes verdadeiras, que exato conhecimento do homem, que virtude de fino quilate precisa reunir aquele que, sem se iludir acerca de suas forças, se entrega a tão nobre missão!!

Resulta, pois, a principal importância da pedagogia, não só das raras qualidades que supõe o preceptor, como da grandeza dos interesses que lhe são confiados. Em uma palavra, o preceptor deve contas à família, ao estado, à pátria e à sociedade, pela má ou boa gerência do precioso depósito que lhe é confiado.

(...) Finalmente, meu ilustre colega, há professores que sabem sê-lo; há outros que desejam sabê-lo e outros que não o sabem e nem querem saber.(...)

Francisca Senhorinha da Mota Diniz.¹³⁴

Diante dessa longa passagem, pode-se indiciar que Senhorinha buscava envolver, como sua aliada, antes que professores e professoras, a sociedade em seu conjunto. Sua argumentação extrapola interesses corporativistas, pesando sobre o preceptor atribuições que iam além dos interesses classistas, estando sob a égide da *família, do Estado, da pátria e da sociedade*.

Se somos tentados a incorrer em uma análise sexista dos diferentes posicionamentos dos professores, percebemos a figura do homem questionador de suas condições concretas de trabalho, com argumentos que iam desde sua liberdade de atuação, até sua valorização profissional. Em contrapartida, percebe-se a professora, mulher, que assume para a categoria os problemas advindos de sua prática profissional. A tentação advém da impulsão em atribuir à Senhorinha maior conformismo e comodidade, do ponto de vista institucional, influenciados, de sobremodo, por sua condição feminina. Para além dessa análise, podemos inquirir

¹³⁴ O *Sexo Feminino*, 08 de Julho de 1874, p. 01 e 02; n. 38.

que Senhorinha, com sua acirrada crítica aos preceptores, apresenta-se peremptoriamente em consonância com sua busca pelo que chama de *regeneração do pessoal doutrinante*. Como porta-voz de uma verdadeira revolução na atuação docente, lugar entendido como sendo perfeitamente apropriado à atuação da mulher, o que, para o período significaria uma transformação em uma atuação com predominância masculina para um trabalho de mulher, *O Sexo Feminino* pretendia uma mudança no ensino que ocasionaria outro perfil para a docência e, por sua vez, para a instrução.

Sua argumentação é fundamentada, em todo o jornal, por uma perspectiva condizente com o intuito de incentivar a mulher a ocupar um espaço que, no imaginário social, vinha sendo arquitetado como de pertencimento feminino. Compreender o contexto de discussão antecedente à entrada da mulher no magistério, mesmo em se tratando de um suporte limitado, possibilita-nos visualizar a argumentação do que se apresenta como conquista e como construção.

Considerações finais

Abarcar o universo de atuação feminina no magistério como importante meio de reivindicação do espaço público, e não simplesmente uma figura a quem cedeu-se, sem resistência e conflito tal ocupação, é considerar uma construção que nos parece calcada em uma instrumentalização recíproca. Mais que enfatizar o contexto favorável à inserção feminina no magistério, a leitura de *O Sexo Feminino* nos remete a uma moldagem em que a figura feminina empreendeu uma ação contundente e eficaz, seja através da rede de relações que se estabelece, seja por meio das construções argumentativas que, em uma promoção da mulher, adequavam suas características psíquicas e morais ao magistério, ocupação, por

sua vez, também revista. A mulher professora aparece, então, como uma tradição inventada e propalada pelo jornal.

Reiterando recentes interpretações da historiografia sobre a mulher no magistério, que priorizam sua atuação efetiva no movimento de constituição de seu espaço de trabalho, pontua-se a reincidência com que se propaga a adequação feminina ao magistério, denotando um processo de convencimento, de construção, constituindo o magistério um espaço de disputa. Atendo-se na dimensão da disputa, percebe-se pouca presença do ator masculino no jornal, no que diz respeito ao magistério. Tal análise se faz mais relevante se atentarmos para a hipótese de que o magistério feminino foi construído com argumentações em torno, inclusive, de uma desqualificação masculina. Assim, uma questão recorrente é pensar em quais as implicações, para o gênero masculino, da feminização do magistério do ensino elementar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando evidente entrelaçamento dos três artigos, assim como algumas considerações anunciadas ao longo deste estudo, pode-se considerar que a análise do semanário *O Sexo Feminino* nos remete ao fato de que a busca por legitimidade nas reivindicações das mulheres do final do século XIX estava ancorada em diversas gradações da intervenção feminina em sociedade. Tais gradações, que permitiam o convívio aparentemente harmônico da mãe de família, da professora e da médica, culminariam na inserção da mulher no universo do trabalho, com argumentos invariavelmente ancorados nos interesses sociais. O que, em princípio, pode-nos apresentar como ambíguo, retrata, antes, a fragilidade de formulações hegemônicas e universalizantes sobre a mulher. Assim, sugere-se a necessidade de atentar-se para as imbricações entre o real e a representação, em que as experiências concretas vivenciadas pelas mulheres não constituem reflexo dos modelos femininos prescritos.

Entendendo *O Sexo Feminino* como parte constituinte da gênese do espírito feminista em Minas e no Brasil, no último quarto do século XIX, sugere-se que, mais do que a idéia de resistência, constroem-se argumentos mais afeitos à idéia de apropriação, que dariam forma à pretensão feminina de ampliar seu campo de atuação na sociedade. Empresa levada a cabo, entre avanços e retrocessos, nas negociações e relações possíveis.

Tendo em vista a rede de sociabilidade proposta e efetivada pelo jornal, percebe-se um movimento de ilustração, que associava imprensa, mulher, vulgarização da instrução e filantropia. A *O Sexo Feminino*, bem como à efervescente imprensa sob domínio de mulheres, no último quarto do século XIX, vêm-se juntar as noticiadas associações de mulheres, como, por exemplo, o *Club Literário Bragantino*, do qual Francisca Senhorinha era sócia benemérita, no sentido de sinalizar para um movimento de ilustração feminina. As redes de relações entre

mulheres que se vão estabelecendo, através do impresso ou de associações de senhoras ilustradas, indicam a existência de um espaço destacado e muito atuante, por onde escoavam a intervenção feminina na dinâmica social.

Através da copilação do anúncio sobre uma associação de senhoras, em apêndice, tem-se o objetivo de dimensionar, nos próprios termos propostos por *O Sexo Feminino*, o que nos apresenta como movimento de persuasão e de profusão de idéias ilustradas nas mais diferentes instâncias da sociedade. Apresenta-se ao público um movimento sobre o qual a sociedade não poderia prescindir, em função de seu caráter contagiante, arrebatador, definitivo, em que promoveria-se e mobilizaria-se uma série de atividades em prol de um mesmo fim: a ilustração social.

Apesar do pouco espaço concedido neste trabalho para questões referentes à filantropia, esta parece constituir-se, assim como a imprensa feminina, em importante forma de atuação das mulheres na esfera pública, nas últimas décadas do século XIX.

Ainda com vistas nas ausências deste trabalho – conscientes de que a escrita pressupõe escolhas – pode-se pensar em alguns desafios lançados pela pesquisa. O cotejamento de *O Sexo Feminino* com outras fontes nos permitiria um quadro mais vasto, que possibilitaria maior amplitude de análise, tanto no que diz respeito ao próprio jornal, como quanto a outras esferas de relações. A expressão pública de Francisca Senhorinha em outros suportes nos possibilitaria tal amplitude, como imaginada através da leitura de *A Judia Rachel*, romance publicado por Francisca Senhorinha, em 1886. Outro aspecto diz respeito ao fato de Senhorinha manter, em paralelo, atuação no jornalismo e no magistério. Neste trabalho, podemos, em algum nível, compreender de que maneira a atuação jornalística de Senhorinha era utilizada para escoar posicionamentos no magistério. Contudo, o inverso se faz relevante, uma vez que poderíamos nos

indagar sobre em que nível Senhorinha aproveitava-se de sua função jornalística em sua prática docente, fazendo-nos pensar que poderia estimular, inclusive, publicações e colaborações jornalísticas de suas próprias alunas.

O vínculo de Senhorinha, intermediado pelo jornal *O Sexo Feminino*, com membros declaradamente adeptos do republicanismo, como os da *Escola do Povo*, liderados por Miguel Vieira Ferreira e Rangel Pestana, indicam uma rede de sociabilidade que engendraria sua atuação política. Essas relações, ainda no nível das conjecturas, podem ser estendidas ao movimento positivista, pois se percebem alguns traços semelhantes entre o posicionamento de Senhorinha e algumas das crenças desse movimento, como, por exemplo, a exaltação da mulher como mãe de família e sua centralidade como multiplicadora do amor à família, à nação e à humanidade de forma geral. É intrigante pensar na possibilidade do contato entre Francisca Senhorinha e um dos mais atuantes positivistas brasileiros, Benjamin Constant, uma vez que, em pesquisa no Centro de Referência Monsenhor Lefort, em Campanha, no rastro de documentação referente à Senhorinha, encontramos um documento da Escola Normal de Campanha, onde Benjamin Constant escreve, na década de 1880, generosas linhas na abertura da Ata de Visitantes daquela instituição, indicando preceitos de moralidade aparentemente próximos aos preconizados por *O Sexo Feminino*.

As análises possíveis a este trabalho, como também as possibilidades não contempladas por ele, decorrentes da leitura de *O Sexo Feminino*, corroboram a idéia de que, através da imprensa feminina do final dos Oitocentos, podemos ter uma dimensão da ativa participação da mulher em sua história, em uma contínua relação com seu entorno.

APÊNDICE

GRANDE MOVIMENTO LITERÁRIO – Na corte o conselheiro Manoel F. Corrêa, ex-ministro dos estrangeiros, e outros cavalheiros distintos promovem a fundação de duas associações, uma de senhoras para promover a instrução de meninas desvalidas e outra de homens a bem dos meninos necessitados.

Começarão, pois, de agitar-se no espírito público do país as mais generosas e civilizadoras tendências para promover com força e proveito e instrução pública.

Povo, imprensa, tribuna, associações e institutos de toda natureza, municipalidades e assembléias provinciais, professores públicos e particulares e o próprio governo, tudo se agitou ao brado de – instrução, instrução para o povo!

Nesta santa cruzada da civilização, nesta importante propaganda da instrução, em que já o governo e o povo pretendem aproveitar-se do concurso das senhoras, cabe a máxima glória aos incansáveis fundadores da Escola do Povo na corte, da qual *O Sexo Feminino* da Campanha se orgulha de ser eco, seguindo os passos desses beneméritos brasileiros, dessa plêiade de moços laureados pela ciência, em cuja vanguarda, altaneiros e cheios de uma nobre audácia caminham.

Fonte: *O Sexo Feminino*, 14 de janeiro de 1874, n. 18; p. 04.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, B. M. *Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Relação nominal das Professoras da Instrução primária com declaração da qualidade e data de seus provimentos. Relatório apresentado ao presidente Diogo Pereira de Vasconcelos. Ouro Preto, 1855.

AUAD, Sylvia M. von Altingen Venturoli (org.). *Mulher: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil*. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENSALDE-VINCENT, Bernardette. 1835, science officielle et science populaire. In BENSALDE-VINCENT, Bernardette. *L'opinion Publique et la Science*. Paris: Institut d'édition, 2000.

_____ & RASMUSSEN, A. (Eds.) *La Science Populaire dans la Presse et L'édition: XIXe et XXe Siècles*. Paris: CNRS, 1997.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. *Mulheres de ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O Bello Sexo. Imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. 1988. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico*. 1893.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O Anjo da Casa*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1991.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASA NOVA, Vera. *Lições de Almanaque: um estudo semiótico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena C. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. Denice Bárbara Catani; Maria Helena C Bastos (org.). São Paulo: Escrituras, 1997.

CHAMON, Magda Lúcia. *Relações de Gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830 – 1930)*. Tese, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 1996.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres; as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

Diário de Minas. Ouro Preto. 13 de novembro de 1873; n. 149. Hemeroteca Municipal de Belo Horizonte.

Diário de Minas. Ouro Preto. 20 de novembro de 1873; n. 166. Hemeroteca Municipal de Belo Horizonte.

DUARTE, Constância Lima. A Ficção Didática de Nísia Floresta. In. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª edição.

DUARTE, Constância Lima; DIVA, Maria de. *Via Láctea: de Palmyra e Carolina Wanderley*. Natal: NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.

DURKHEIM, Emile. O Ensino da Natureza: as ciências. In: Emile Durkheim. *Evolução Pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 01, 2ª edição.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SOUZA, Laurena Cristina Belo de. O jornal como fonte para a história da educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. In.: *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Práticas Educativas, Culturas Escolares e Profissão Docente*, 2000, São Paulo: Anais... São Paulo: FEUSP, 2000.

FERNANDES, Emília. *Mulheres Sem Medo do Poder: chegou a nossa vez: cartilha para mulheres candidatas à vereadoras*. Brasília: IPEA/DIPES, 1996.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

FONSECA, Gondim da. *Bibliografia do jornalismo carioca (1808/1908)*. Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida. *Mulheres à deriva: viajantes anglo-americanas no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, Belo Horizonte, NAPq/ Faculdade de Letras, UFMG, n. 27, junho de 1995.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GONÇALVES, João Luiz Traverso. *A Geografia da Imprensa em Minas Gerais no século XIX: uma conexão com as redes de cidades da província*. Dissertação de Mestrado, Instituto de GeoCiências, UFMG, 2001.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. *Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua educação – materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____ A construção de um projeto de formação de professores: as escolas normais mineiras no período Imperial. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; et. all. (org.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 260-264.

GUIDO, Maria Christina. *A mulher civiliza-se! Educação feminina católica e francesa no Brasil republicano: o Colégio Sacre-couer de Jesus*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1992.

HAHNER, June Edith. *Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Os Estudos sobre mulher e Literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *A Educação da Mulher: a feminização do magistério*. Teoria & Educação, Nº 4, Porto Alegre: Pannonica, pp.22-40, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das mulheres no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2000.

MARIANI, B. Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In. ORLANDI, Eni. *O Discurso Fundador*. São Paulo: Pontes, 1993.

MOLIÈRE. *Preciosas Ridículas*. Rio de Janeiro, 1992.

Monitor Sul-Mineiro: semanário de Literatura, Indústria e Notícias. Campanha da Princeza, 11 de janeiro de 1874; n. 107. 1873. Centro de Estudos Campanhense Monsenhor Lefort – Campanha. Minas Gerais.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras Femininas no século XIX (1850 – 1900)*. Tese de doutoramento. UNICAMP/ Faculdade de Educação, Campinas, 1996.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FINATEC, 2003.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do *repertório* português. In: CATANI, Denice; BASTOS, Maria Helena Camara. (org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

O *Colombo*. Campanha, 08 de janeiro de 1873; n. 02. Hemeroteca de Belo Horizonte.

O *Colombo*. Campanha, 14 de setembro de 1873; n. 36. Hemeroteca de Belo Horizonte.

O *Colombo*. Campanha, 21 de setembro de 1873; n. 37. Hemeroteca de Belo Horizonte.

O *Colombo*. Campanha, 14 de dezembro de 1873; n. 49. Hemeroteca de Belo Horizonte.

O *Sexo Feminino*. Campanha da Princeza, 1873/74. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Obras Raras.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *The Spectator: o teatro das luzes*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

_____ *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*. Faculdade de Educação/USP, Caderno de Pesquisa, n. 104. p. 144-161, jul. 1998.

Carlo Ginzburg. In. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *As muitas faces da História: nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p.269-306.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. (1890/1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A Educação Feminina Durante o Século XIX: o Colégio Florense de Campinas – 1863/1889*. Campinas: Coleção Campiniana, 1ª edição, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. *A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROSA, Walquíria de Miranda; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In: PEIXOTO, Ana Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs). *Lições de Minas, 70 anos de Secretaria da Educação*. Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. 2000 (Lições de Minas , 7), p. 19-31.

SCHUMACHER, Schuma. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e ilustrado. Érico Vital Brazil. Rio de Janeiro.: Jorge Zahar Editora, 2000.

SCOTH, Joan. Experiência. In. SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. *Falas de Gênero: teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 02; p. 5-22, jul/dez. 1998.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808 – 1821)*. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977, p 99.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Vol. II (1821/1909). Rio de Janeiro: Leuzinger, 1940.

_____. *Campanha da Princesa*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1947.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *A Infância e sua educação – materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VILLELA, Heloísa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. . Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.94-133.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *El Magisterio Tiene Cara de Mujer: recuperando las relaciones de género de la profesión docente*. Anuário de Educação 1995/1996: a educação formal: entre o comunitarismo e o universalismo. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UNIGRANRIO, 1997. p. 159-179.